



Centro Universitário de Brasília - UniCEUB
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS
Curso de Bacharelado em Relações Internacionais

PEDRO CARVALHO DE HOLANDA RODRIGUES

**PARADIPLOMACIA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS E
ARGENTINAS: Comparativo entre as duas regiões da América do Sul frente ao
crescimento das novas formas de cooperação descentralizada como a
Paradiplomacia**

BRASÍLIA

2021

2021

PEDRO CARVALHO DE HOLANDA RODRIGUES

PARADIPLOMACIA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS E ARGENTINAS: Comparativo entre as duas regiões da América do Sul frente ao crescimento das novas formas de cooperação descentralizada como a Paradiplomacia

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais – FAJS do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

Orientador(a): Professor(a). O Dr. Gleisse Ribeiro Alves.

BRASÍLIA

2021

2021

PEDRO CARVALHO DE HOLANDA RODRIGUES

Paradiplomacia e as políticas públicas brasileiras e argentinas: Comparativo entre as duas regiões da América do Sul frente ao crescimento das novas formas de cooperação descentralizada como a Paradiplomacia

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

Orientador(a): Professor(a). O Dr. Gleisse Ribeiro Alves.

BRASÍLIA, OUTUBRO 2021.

BANCA AVALIADORA

Professor(a) Orientador(a)

Professor(a) Avaliador(a)
RESUMO

A participação internacional de atores não-centrais (como cidades e províncias) tem chamado atenção para um novo momento de se fazer diplomacia, assim surge o contexto da paradiplomacia, uma diplomacia paralela aos Estados centrais e que tem sido determinante para o desenvolvimento local e regional de vários membros subnacionais. O objetivo central do trabalho é abordar e comparar como tem sido administrado internamente dentro da esfera política e constitucional a legitimidade desse processo de maior autonomia para esses novos atores dentro do esquema nacional, o trabalho trata o seu enfoque em dois dos principais países da América do Sul: Brasil e Argentina. Propõe-se, assim, apresentar como tem sido o crescimento dessa diplomacia paralela, tanto em termos acadêmicos como práticos, somado a esta introspecção, apresentar ações práticas de governos locais (argentinos e brasileiros), dentro do cenário de interação internacional como: surgimento de acordos de cooperação para melhoria da administração local. Sob essa ótica, a paradiplomacia demanda tanto o diálogo com a sociedade civil (demandas da população) e a criação de novas políticas públicas, para que seja aberto o espaço necessário de atividade dessa diplomacia paralela dos governos não-centrais.

Palavras-chave: Paradiplomacia; Políticas Públicas; Governança Local; Governos não-centrais; Diplomacia Paralela; Desenvolvimento Local.

SUMÁRIO

Sumário

INTRODUÇÃO	6
1. A EVOLUÇÃO ACADÊMICA DA PARADIPLOMACIA E SEUS DESAFIOS.....	7
1.1 A paradiplomacia como estudo acadêmico.....	7
1.2 A evolução acadêmica da paradiplomacia na América Latina.....	13
1.3 Tempos atuais e desafios enfrentados pela paradiplomacia.....	15
2.A PARADIPLOMACIA NO BRASIL E ARGENTINA.....	17
2.1 Sistematização da paradiplomacia no Brasil e na Argentina.....	17
2.2 Análise da constitucionalidade da paradiplomacia no Brasil e na Argentina.....	25
2.2.1 Constitucionalidade da Paradiplomacia no Brasil.....	25
2.2.2 Constitucionalidade da Paradiplomacia na Argentina.....	27
2.3 A dimensão da política pública no brasil e na argentina.....	28
2.3.1 Ciclo de políticas públicas.....	28
2.3.2 A participação da sociedade civil.....	31

3. Ações de cooperação realizadas pelos entes subnacionais dos países.....	33
3.1 Tabela de Casos.....	33
3.2 Cases Brasileiros.....	35
3.3 Cases Argentinos.....	41
CONCLUSÃO.....	48
REFERÊNCIAS.....	50

INTRODUÇÃO

O presente trabalho vem tratar sobre a temática da paradiplomacia e seus desdobramentos dentro do contexto internacional e da influência dessa dinâmica subnacional de novos atores na discussão de novas formas de governança local. O trabalho busca apresentar e destrinchar como cidades e municípios, no caso brasileiro, e províncias como no caso argentino, objeto de estudo do trabalho, tem feito ao longo desses último anos, muito influenciado pelo impacto da globalização e do aumento da interdependência global.

A paradiplomacia vem como mecanismo de auxílio para esses novos atores na busca pela inserção nos diálogos internacionais onde, a partir da paradiplomacia os membros subnacionais buscaram o seu desenvolvimento interno e a melhoria da capacitação de suas respectivas administrações locais. Apesar desse crescimento do cenário dos governo não-centrais, essa nova e crescente vertente de fazer política que remete a paradiplomacia, ainda carece da necessidade de um desenvolvimento desde a sua estrutura teórica acadêmica (debatido no primeiro capítulo) como na estrutura administrativa do Estado nacional (debatido no segundo capítulo).

A partir da pesquisa realizada, foi encontrada a problemática da falta de balanceamento acerca da participação constitucional de membros subnacionais em países na América do Sul, região foco da pesquisa realizada, o Brasil não possui uma legislação bem definida acerca da articulação internacional de seus membros federativos e municípios, diferentemente de seu país vizinho; Argentina, a qual já possui uma legislação específica e mais clara acerca da paradiplomacia desde a sua alteração na constituição de 1994, esse fator trouxe mais liberdade para a atuação de seus membros subnacionais provinciais no cenário internacional.

Muito se tem discutido, recentemente, acerca da maior autonomia para governos não-centrais se desenvolverem localmente usando diálogos com atores internacionais, principalmente em tempos de pandemia, e é de pouco conhecimento o mecanismo político da paradiplomacia dentro dos debates acadêmicos e em esferas de conferências e entre outros. O intuito da pesquisa realizada e do trabalho foi de apresentar o cenário da paradiplomacia especificamente no Brasil e na Argentina, a partir de uma análise comparativa e então destrinchar como esse mecanismo político tem sido desenvolvido nesses países e apresentar cases de sucesso tanto de membros subnacionais argentinos como brasileiros, que tiveram um impacto local imediato a partir de ações tomadas por governos locais em parcerias com outros membros internacionais.

Na primeira seção, será apresentado todo o cenário histórico acadêmico da paradiplomacia, desde o surgimento do termo para como está o cenário acadêmico atual tanto no mundo como na América Latina. Na segunda seção, foi apresentado o cenário da paradiplomacia tanto no Brasil como na Argentina, aqui comparando a questão constitucional e o histórico do debate nas esferas políticas. Na terceira seção, é apresentado uma tabela de cases de sucesso de membros subnacionais brasileiros e argentinos, onde a paradiplomacia foi determinante para que eles ocorressem e logo em seguida é feito uma descrição detalhada de cada ação citada na tabela com partes envolvidas, impacto local e marcos internacionais alcançados.

CAPÍTULO 1 – O HISTÓRICO E CRESCIMENTO ACADÊMICO DA PARADIPLOMACIA

O capítulo a seguir tem o intuito de mostrar o histórico e crescimento acadêmico da paradiplomacia. Essa parte é dividida em três momentos: O primeiro momento se refere ao desenvolvimento dentro da academia internacional, dentro desse primeiro setor é destacado a evolução acadêmica ao longo dos anos desde os anos 70 até os dias atuais, serão destacados os pesquisadores da América do Norte e em seguida alguns pesquisadores europeus. No segundo momento do capítulo é introduzido a questão do desenvolvimento e análise do conceito da paradiplomacia na América Latina, citando as dificuldades, quais feitos foram conquistados através dos pesquisadores e quais pontos devem ser melhorados para atingir a melhor construção analítica/teórica dessa vertente dos governos não-centrais. O terceiro momento vai abordar sobre alguns desafios atuais enfrentados pela paradiplomacia, ou melhor, pelos membros subnacionais e áreas a serem desenvolvidas e melhoradas.

1.1 A paradiplomacia como estudo acadêmico

A paradiplomacia é um fenômeno que tem chamado cada vez mais atenção no meio acadêmico e o surgimento dos seus estudos datam dos anos 70 como trata o autor Alexander (2015). Ele traz em sua obra que a introdução dos estudos acadêmicos sobre a temática se iniciou nessa década, porém, que os seus estudos estavam concentrados na academia teórica norte americana. Segundo o autor, tudo começa na virada de chave do modo de ver dos teóricos, no escopo de visão deles. Começaram a olhar para o papel das relações transnacionais e não somente para as estatais. Robert Keohane e Joseph Nye definiram essa abertura de foco como: “contatos, coalizões e interações além das fronteiras dos Estados e que não são controladas por meio dos órgãos governamentais de política externa central” (KEOHANE E NYE, 1973).

No texto de Alexander (2015), é de destaque a presença e estabilização de novos atores transnacionais como: Organizações Internacionais, Instituições Internacionais e entre outros. E dentre esses novos atores surge a questão dos governos locais e qual seria o impacto deles no cenário político internacional? Para o autor, a diplomacia subnacional não era o foco mas a busca por “novos caminhos e novas áreas

de estudo” dentro do meio acadêmico. Segundo o autor, outra tendência global que levou ao estudo específico da paradiplomacia foi a emergência dos problemas entre “política doméstica” e “política externa”. (ALEXANDER,2015).

A ideia central do texto na relação entre as duas áreas é que os Estados no mundo moderno enfrentavam simultaneamente a “domesticação” das políticas externas e a “internacionalização” das políticas públicas internas desses novos atores. O autor trata em seu texto que: a influência desses novos atores internacionais foi tão considerável a ponto de gerar uma mudança na agenda política global pois, temáticas antes deixadas de lado como ambiental, direitos humanos e entre outras, são inseridos como temas centrais debate internacional.

Esse processo de “descentralização soberana” da transferência de responsabilidade em alguns temas como direitos humanos e meio ambiente é uma tendência global poderosa e real (FALLETI, 2010). Esse novo procedimento político representa um importante desafio para a política externa nacional e como está irá se ajustar, visto a ascensão de novos atores como as cidades, aqui entra o impacto da agenda e a sua respectiva pressão internacional (TAVARES, 2016).

Hoje em dia como traz o autor Tavares (2016), mais de 80% do fluxo de saída da economia global é gerado por cidades, o que representa a importância das cidades na manutenção do desenvolvimento global.

Essas duas primeiras situações, o nascer de relações transnacionais e o cruzamento entre as políticas domésticas e os interesses internacionais, explicam a crescente do interesse acadêmico sobre a paradiplomacia nos anos 70. A terceira situação, segundo ao autor, pode se explicada pelas mudanças que ocorreram nos interesses internos de alguns países (ALEXANDER,2015). O caso mais emblemático foi da província de Quebec, no Canadá. Ela buscava, entre outros pontos, a total liberdade para fazer acordos internacionais, principalmente, na área de educação segundo o autor (ALEXANDER,2015).

Nos Estados Unidos, o fenômeno analítico/teórico inflamou-se com a política nacional do “Novo Federalismo” do presidente Nixon em meados do começo da década de 70 defende o autor. A filosofia política central implantada pelo governo Nixon era a

o rearranjar das funções governamentais entre Estado e autoridades federais e de fato realizar a descentralização em diversas áreas (ALEXANDER,2015).

Um fator determinante para a concentração dos estudos na América do Norte, em 1967, a assembleia legislativa do Quebec adotou de forma unanime um ato criando o Ministério de assuntos intergovernamentais, abrindo espaço para uma voz as províncias do Canadá (TAVARES, 2016).

Segundo Alexander (2015), esse processo de descentralização das esferas políticas fez abrir os olhos dos teóricos analistas internacionais sobre o fenômeno crescente chamado Paradiplomacia. Entretanto, o autor reforça que os primeiros estudos nos Estados Unidos sobre a prática mostraram a limitação e falta de maior material publicado sobre as demais regiões do mundo nos primeiros anos de estudo, principalmente nessa década de 70. Como defende o autor, os estudos se concentravam mais na América do Norte. “Por exemplo, durante toda a década da década de 1970 nós só podemos encontrar obras sobre as atividades externas das províncias canadenses, Estados Unidos e estados australianos, mas não um único estudo de pesquisa sobre qualquer região europeia” (ALEXANDER, 2015, p.36).

O autor ainda reforça a falta de uma teoria de apoio forte e sem uma conceituação definida do fenômeno "as interpretações das atividades subnacionais nas relações internacionais foram feitas de forma bastante estreita, sem forte teorização e conceituação desse fenômeno" (ALEXANDER, 2015, p.36). Contudo, ele explicita que tal fenômeno teve papel crucial para abrir portas para estudos mais completos e avançados que estavam por vir; “parece que esses estudos de caso desempenharam um papel crucial na criação de alguma massa crítica de interesse acadêmico para fazer pesquisa sobre por que e como governos subnacionais vão para o exterior” (ALEXANDER, 2015, p.36).

Os anos 70, foram do começo da percepção, por meio de debates introdutórios e de uma massa crítica analítica inicial sobre a paradiplomacia segundo Alexander (2015). Os anos 80, foi a época da proliferação dos estudos paradiplomáticos. Foi quando segundo o autor Alexander (2015) diz quando a proporção acadêmica entre abordagens

descritivas (aqui se encaixa a classificação dos estudos de caso) e insights teóricos atingiu um novo equilíbrio na pesquisa sobre a paradiplomacia.

Segundo Alexander (2015), dois eventos foram determinantes para essa mudança da conjuntura analítica teóricas sobre os estudos paradiplomáticos. O primeiro evento foi o lançamento do quarto volume da revista “**Autumn Issue of Publius Magazine**”. Dentro desse volume foram lançados 7 artigos com a temática “**Federated States and International Relations**”. Segundo o teórico Mariano Alvarez (2020), a publicação teve como assunto central a produção acadêmica sobre o movimento da internacionalização de governos não centrais (isso em países com sistema federativo). A publicação fez o assunto ganhar projeção considerável no meio acadêmico (ALVAREZ,2020). “Foi a tentativa mais bem-sucedida da tentativa de criar algum tipo de patente teórica sobre o assunto tão pouco explorado até aquela época” (ALEXANDER,2015, p.37).

Dentro da revista, um dos teóricos (Ivo Duchacek), contribui como um dos primeiros teóricos a conceituar o termo paradiplomacia. “Ivo Duchacek também foi o primeiro pesquisador que propôs a tipologia do envolvimento de governos regionais em temáticas internacionais e categorizou todas as atividades desses governos em micro-diplomacia global e regionalismo transfronteiriço” (ALEXANDER,2015, p.37).

Segundo Alexander (2015), a publicação foi importante para a base analítica/teórica do tema, visto que, no volume continha o estudo de casos de governos subnacionais europeus e latino-americanos. Duchacek foi quem abordou sobre os casos europeus e Niles Hansen foi quem abordou sobre os casos latino-americanos.

O segundo evento determinante para a troca considerável dos estudos sobre a paradiplomacia foi: A conferência intitulada “**The Provinces and Canadian Foreign Policy**”. Essa foi uma conferência organizada pelo instituto canadense de interesses internacionais e teve lugar na Universidade de Alberta em março de 1985. Segundo Alexander (2015), essa foi a primeira conferência acadêmica dedicada ao problema da Paradiplomacia. O encontro juntou os acadêmicos mais avançados sobre o tema, mas também os representantes das autoridades canadenses regionais responsáveis pela manutenção das atividades externas provinciais do país (ALEXANDER, 2015).

“Por exemplo, entre os presentes na conferência estavam oficiais das províncias de Alberta, Newfoundland, Saskatchewan, Ontário e Québec que formularam seus interesses provinciais em atividades internacionais (ALEXANDER, 2015, p.37).

Essa reunião também apresentou o marco da análise comparativa entre cidades de países diferentes e suas respectivas ações paradiplomáticas, no caso da conferência foram usados o caso do Canadá e da Alemanha. A construção de publicações e marcos teóricos analíticos, como os primeiros conceitos de paradiplomacia, foram fundamentais para a manutenção da crescente análise do movimento desses novos atores regionais.

Os anos 90 ficaram marcados segundo o autor Alexander (2015) como da expansão global dos estudos paradiplomáticos e de seus respectivos casos de estudo. O cenário acadêmico desde os anos 70 até meados dos anos 90 foi dominado pela agremiação norte americana, com a ressalva de alguns teóricos canadenses, não só a concentração dos pesquisadores eram dessas regiões citadas como os estudos de casos de regiões fora da América do Norte eram escritos pelos mesmos pesquisadores e não por teóricos locais.

Segundo Alexander (2015), ao longo dos anos 90 essa realidade passou a mudar com o aparecimento de estudos feitos por pesquisadores sobre os casos regionais europeus. Esta realidade se deve muito pela mudança política global e os efeitos catalisadores oriundos dos efeitos da globalização e da regionalização.

A atividade subnacional começou a ganhar a verdadeira atenção da comunidade internacional entre 1980 e 1990, nessa época foram consolidadas entidades subnacionais europeias, muito por conta dos efeitos políticos e econômicos da globalização e pela melhora da integração europeia (aqui entra dentro do fenômeno “novo regionalismo”). Essa importante independência ganha pelos membros locais europeus foi um dos motivos desse crescimento acadêmico dessa década (TAVARES, 2016).

O autor Alvarez (2020), reforçar a ideia do fortalecimento dos estudos sobre a paradiplomacia, tanto em conceitos como estudo e que essa mudança chegou junto com uma nova mentalidade estatal.

Novas políticas de regionalismo surgiram (Tratado de Maastricht em 1992 e a consolidação da União Europeia) além da queda do muro de Berlim ter representado um

marco para novas interações e atores na Europa. Discurso de “Europa das Regiões” fez crescer o nível de interação e preocupação com esses novos membros regionais emergentes e abertura da discussão da prática da Paradiplomacia. Em 1989 foi lançado o programa INTEREG para estimular as cooperações e conexões, principalmente nas regiões de fronteira (ALEXANDER, 2015).

“Em setembro de 1997 a Universidade de Basque em Bilbao (Espanha) sediou um seminário sobre a comparação das experiências paradiplomáticas das autoridades regionais em diferentes partes do mundo” (ALEXANDER, 2015, p.39).

O marco em termos de análise e debate foi o lançamento de um projeto de pesquisa com vários escritores, em sua maioria europeus “Publicação do especial **Regional and Federal Studies Journal** na primeira de 1999 e que conteve 11 artigos com a temática sobre as atividades internacionais de governos subnacionais” (ALEXANDER, 2015, p.39). No mesmo ano foi lançado um livro de Francisco Aldecoa e Michael Keating sobre o tema da paradiplomacia também.

Segundo Alexander (2015), a dimensão de profundidade de detalhes e análise é maior que apresentada pelos americanos na década de 80. Um ponto importante a se destacar é a diferença do foco analítico no caso europeu era sobre o regionalismo e no pensamento nacionalista subnacional enquanto o caso americano o foco de análise é sobre o caso do Québec e a relação com o federalismo norte americano.

A década de 90 foi de expansão global dos estudos da paradiplomacia e anos 2000 foi a época marcada pela implementação da network internacional sobre os estudos da paradiplomacia. O assunto ganhou expressão e campo entre pesquisadores da região da América Latina e da Ásia. O autor Alexander (2015), cita o caso do trabalho de pesquisa de Jain Rurnedra do ano de 2005 sobre a paradiplomacia no Japão. O trabalho de Jain marcou o primeiro caso de estudo para um modelo de Estado unitário como o do Japão.

Segundo o autor Alexander (2015), um importante atrativo dessa década foi a importância e o papel das províncias chinesas no cenário internacional, elas ganharam muita projeção durante esse período além de estabelecer diversos marcos internacionais. A atuação dessas províncias também quebrou um marco teórico sobre onde os

pesquisadores se baseavam somente no modelo federalista de governo e de que um pré-requisito para o sucesso da paradiplomacia era um sistema democrático e com a atividade chinesa foi refutada essa tese.

Reforçando a importância das províncias chinesas, o autor Tavares (2016, pág. 16): “Províncias Chinesas entregam hoje um dos exemplos mais sólidos do vigor e força de membros subnacionais, haja visto a ampla atividade externa dessas províncias”

Esse período dos anos 2000 também foi o mais importante, em termos de avanço da qualidade das pesquisas, houve aumento dos métodos quantitativos usados nas pesquisas sobre a paradiplomacia.

1.2 A evolução acadêmica da paradiplomacia na América Latina

Alguns contextos são necessários para se entender hoje a influência da paradiplomacia no mundo todo. A globalização, regionalização e as novas redes criaram novas tendências e novos vínculos sobre as interações/relações entre os demais atores do sistema internacional.

Segundo Alvarez (2020), a internacionalização de governos subnacionais proliferou de maneira mais acelerada do que a sua análise teórica. E segundo o próprio Alvarez (2020), tem reflexo na dificuldade no planejamento estratégico de quem faz e quem está a frente da criação de políticas sobre a prática da paradiplomacia. “Sem o correto conhecimento das motivações e efeitos da paradiplomacia, não é possível gerar conclusões que permitam uma abordagem metodológica para a elaboração de políticas públicas relevantes” (ALVAREZ, 2020, p.8).

O autor Alvarez (2020), relata a carência de uma estratégia e de um plano de ação bem estruturado tanto na teoria como nos estudos de casos, isso reflete na precariedade inicial do desenvolvimento de políticas envolvendo a paradiplomacia, além de fazer com que autoridades locais se desdobrem para conseguir espaço e até tenham que incitar a mobilização de outros atores como, instituições privadas.

O pesquisador Alvarez (2020), chama atenção para o fato de que os estudos eram focalizados na Europa e nos Estados Unidos, visto que, a maioria dos países da América Latina não despertava interesse dos estudiosos porque eles não consideravam

que os governos locais fossem capazes e pudessem realizar uma atividade paradiplomática, considerando que eles não proviam de grande autonomia política até os anos 90.

Os governos não-centrais latino americanos buscavam ter o mesmo sucesso que os do eixo americano-europeu e assim incitar pesquisas sobre o tema na região, porém, o aumento das tensões nas regiões de fronteira além das políticas de segurança e defesa dominantes na época dos anos 80 e 90 frearam essa intenção de avanço nos estudos (ALVAREZ,2020).

Segundo Alvarez (2020), a abertura do campo de análise de governos que não só fossem federalistas, mas unitários, por exemplo. Esse fator abriu espaço para o lançamento do livro **“La Política Internacional Subnacional en América Latina”** (MAIRA, 2010). Esse lançamento não desencadeou um estudo em massa sobre o tema e os estudos continuaram sem um fundamento teórico relevante.

Atualmente, há uma grande quantidade de governos locais e intermediários que contam com unidades dedicados a assuntos internacionais e contatos no exterior. Muito por influência desse fator, cada vez mais são os estudos e programas acadêmicos destinados ao estudo desses fenômenos da movimentação desses membros rumo a sua internacionalização.

O autor Alvarez (2020, p.11), destaca a produção que algumas universidades estão promovendo sobre o assunto:

“Em contrapartida, cada vez mais são os programas acadêmicos dedicados ao estudo desse fenômeno. Destaque para o programa local de desenvolvimento de liderança da Universidade Católica Argentina, o programa de internacionalização de cidades da Universidade de Rosário, o programa de Formação em Competências Inovadoras e Empreendedorismo para a Internacionalização da Universidade de Concepción e a maestria no programa Relações Internacionais dos governos e atores locais da Universidade de Guadalajara”

Prova desse crescimento e expansão desse tema no campo de pesquisa é a publicação de diversos materiais como: “Os livros de **Integração e Paradiplomacia Transfronteiriça: Experiências Comparadas do Rio Bravo até a Patagônia** (Oddone

e Ramos, 2018)” e o “**Projeto América Latina Global: Estudos Regionais sobre paradiplomacia** (Alvarez, Luna Pont e Oddone, 2019)”.

Além desses trabalhos acadêmicos, segundo Alvarez (2020), outro marco de relevância no campo teórico foi o painel organizado sobre paradiplomacia no congresso **Latin American Studies Association** que ocorreu nos anos de 2016 e 2018. Somado ao primeiro encontro de estudos sobre paradiplomacia e internacionalização territorial de 2019.

Todo esse marco acadêmico foi fortalecido pela influência positiva da agenda de 2030 e dos Objetos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. Esses marcos internacionais abriram portas para a continuação do avanço prático dos governos locais e por consequência dos estudos acadêmicos.

1.3 Tempos atuais e desafios enfrentados pela paradiplomacia

A atividade paradiplomática não deve ser vista como o esfacelamento do estado, mas, como um complemento (Wolff, 2007). O autor Alvarez (2020), defende a análise dos membros subnacionais como peça fundamental no envolvimento da criação de políticas públicas. O mesmo cita o exemplo da retirada dos Estados Unidos do acordo climático de Paris, porém, muitos estados subnacionais não concordaram com a saída e anunciarão a criação de uma Aliança Climática entre esses membros (hoje ela conta com cerca de 30 estados americanos membros). O autor defende a análise não do comportamento do estado americano e sim aquilo que foi atingido por eles, este marco internacional da criação de uma aliança.

Segundo Alvarez (2020), o crescimento das atividades de governo não centrais implica em dois maiores desafios:

1. O primeiro é a articulação da atividade paradiplomática com a política externa – Segundo Alvarez (2020), a atividade externa de cidades e províncias é uma área problemática muito sensível para o governo central, tanto como a questão da soberania ou o desafio do número muito grande de vozes ativas buscando seu espaço no cenário internacional – esse fator cria uma dificuldade de criar uma política externa nacional coerente.

A doutrina do interesse nacional, da soberania e integridade territorial, desencadeou nos governos centrais, uma pré-disposição a bloquear (ou restringir o máximo possível) a ação paradiplomática, mesmo que ela não comprometa em nada a atuação e soberania do estado como defende o autor, esse cenário levou a conjuntura brasileira atual: Da prática de acordos de cooperação entre cidades brasileiras e atores internacionais.

Segundo o autor Alvarez (2020), mesmo que a paradiplomacia continue se expandindo – tanto no campo de pesquisa como em profundidade de ações. Os estados nações continuaram sendo o principal ator do sistema internacional. O que não implica esses membros deixarem de lado os novos atores internacionais como as cidades e províncias. As nações, devem buscar meios de se transformar e articular esses agentes dentro da esfera política internacional.

O segundo desafio, envolve a parte dos próprios atores subnacionais. Segundo Alvarez (2020), eles precisam se preparar e planejar suas ações internacionais de forma coerente e organizada. Toda ação que for tomada e planejamento a ser feito demanda recursos e financiamento, no caso dos atores subnacionais essa verba é mais limitada ainda.

O autor cita o caso das cidades em áreas de cidades com fronteiras. Se o planejamento não for bem elaborado, essas ações podem se provar desencorajantes e infrutíferas. A elaboração desse plano de ação só é possível através do estabelecimento de uma boa gestão pública por partes dos líderes e representantes do governos não-centrais.

O autor Duchacek (1984), relata o fato onde, muitos governos não-centrais começaram a estabelecer contato de natureza paradiplomática com o intuito de ter o mesmo sucesso que outros obtiveram dentro do cenário internacional. Nesse processo de “imitação” não havia nenhuma pré-visualização sobre a questão do planejamento e muito menos da verba que deveria ser usada. O autor cita o exemplo que: Alguns governadores em meados dos anos 80 correram para abrir escritórios para os representarem mundo á fora, porém, sem ter claro qual era o planejamento e função que aquele escritório representaria.

Reforçando o que disse o autor Duchacek (1984), o autor Keating fala sobre o custo dessa falta de planejamento clara: “Estava claro que os custos do estabelecimento e manutenção de escritórios sem um propósito específico excederia em muito os benefícios, por isso houve um período de fechamento de alguns escritórios representativos” (KEATING, 1999, p.2).

“A “imitação”, especificamente quando ocorre sem os reflexos ou a assertividade analítica dos custos e benefícios, podem levar a grandes fiascos paradiplomáticos, como foi o caso dos escritórios representativos” (ALVAREZ, 2020, p. 2).

O autor Tavares (2016), existem muitas vozes no ambiente da paradiplomacia e que elas são importantes para a construção desse mecanismo político, porém, defende o momento atual dessas vozes se aprimorarem e se preparar para um período de melhora da paradiplomacia “Não há necessidade para mais, mas sim para uma melhor paradiplomacia”.

Os membros subnacionais, então buscam seu crescimento e motivação em três áreas internacionais, a partir da sua paradiplomacia. Segundo o autor Keating (2013):

- Economia: Economicamente as regiões buscam investimento, mercado para seus produtos e tecnologias para suas indústrias.
- Cultural: Usam a cultura subnacional para projetar e exportar essa produção cultural em diversos mercados a fora.
- Política: Buscam legitimidade e espaço na esfera política internacional (reconhecimento) Exemplo: Cidade de Barcelona.

Dentro desse cenário atual apresentado (desafios e oportunidades), a paradiplomacia se desenvolve muito influenciado pelo cenário de globalização e do crescimento do nível de interdependência internacional entre Estados e dentro do escopo analisado do texto, a interdependência entre cidades e províncias dentro do sistema internacional. Dito isso, o capítulo a seguir vai apresentar o cenário e comparar a construção do mecanismo da paradiplomacia nos países sul americanos: Argentina e Brasil.

CAPÍTULO 2 – A PARADIPLOMACIA NO BRASIL E NA ARGENTINA

O presente capítulo trata sobre, um primeiro momento aborda o movimento histórico do crescimento da dinâmica subnacional e a inserção da paradiplomacia tanto nas regiões do Brasil e da Argentina, citando tanto os momentos da entrada do debate local/regional partindo da perspectiva do desenvolvimento das mesmas regiões e a criação de órgãos como subsecretarias com caráter internacional. No segundo momento, é proposto uma análise da constitucionalidade tanto em Brasil quanto na Argentina, trazendo pontos chaves como a falta ou a existência da personalidade jurídica internacional dos membros subnacionais e a possibilidade de celebrar acordos internacionais. O terceiro momento, condiciona a relação da gestão pública (abordando os ciclos de políticas públicas) e a importância da sociedade civil na afirmação e sustentação do mecanismo político local estruturado na paradiplomacia, fomentando o processo de criação de políticas com objetivo do desenvolvimento e promoção dessa zona subnacional.

2.1. Sistematização da paradiplomacia na Argentina e no Brasil

Argentina e Brasil se encontram em estruturas políticas semelhantes, com os dois países seguindo os moldes de poder da república federativa, onde, esse modelo de governo parte de uma premissa de uma distribuição de poderes compartilhada entre três instâncias: União, estados e municípios. Dito isso, essa estrutura num plano ideal geraria maior autonomia para as partes e seria essencial para um desenvolvimento de todos os elementos do país, entretanto, as duas regiões possuíram até os anos 90 um caráter muito centralizador das tomadas de decisões sobre a figura da União.

Surge então, o efeito globalização, que foi um marco da projeção exterior subnacional. O autor Rodrigues (2019) defende que ela trouxe novos aspectos para a dinâmica da política internacional, estes são a descentralização e a regionalização (RODRIGUES DOS SANTOS,2019). Regionalização foi um fator fundamental para a atividade paradiplomática na região argentina e brasileira, visto a aproximação das

idades fronteiriças (FRÓIO, MEDEIROS,2011). Essa nova abordagem e desenvoltura do cenário mundial então trouxe uma pressão forte a esses países de postura centralizadora, foi quando já afetado por um momento de crise a Argentina passou por um processo de redemocratização nos anos 80 além de outros processos como: abertura econômica e descentralização política nos anos 90 (com o marco institucional da reforma constitucional de 1994).

A questão da descentralização argentina surge desde a época do pacto federal de 1831 onde Unitários e Federais dividiam o antagonismo e formaram esse pacto que começou um debate público sobre a necessidade de um processo de autonomia política e distribuição das competências para as regiões subnacionais Argentinas,, pois antes havia uma posição imutável do estado brasileiro sobre a figura da União nessa questão internacional, para assim atingir um cenário de maior estabilidade e visando o desenvolvimento das sub-regiões (FRÓIO, MEDEIROS,2011).

No Brasil, houve um processo de reestruturação política com a constituição de 1988, porém, essa não garantiu na prática a mesma autonomia para os demais membros, a parte da figura da União, como foi o ocorrido no vizinho sul-americano. Rodrigues (2019) aborda que; O tratamento dessa questão da liberdade política e de ações paradiplomáticas é discutido e aprofundado somente em 1995 (RODRIGUES DOS SANTOS,2019). Colocou as questões iniciais como: estrutura política e alguns contextos históricos que mudaram e mudaram marcos sobre a questão da divisão de participação de todos os membros da federação. Para então se situar e aprofundar sobre a questão do mecanismo político da paradiplomacia para essas regiões, salvo a questão jurídica constitucional que ainda será abordada mais à frente, no caso do Brasil a primeira tentativa de uma interação subnacional de um estado foi com o Rio de Janeiro em 1983 com a criação da primeira assessoria estadual internacional, porém, segundo Rodrigues(2019); Essa teve caráter meramente administrativo e foi criado com intuito de mais fazer pressão sobre o Ministério de Relações Exteriores para que houvesse a inserção desse membros subnacionais nos diálogos internacionais (RODRIGUES DOS SANTOS,2019).

Segundo o autor Gustavo Abreu de Souza (2013), o Brasil sempre teve uma postura resistente à partilha da autonomia política, pois pensava que a maior abertura causaria uma perda da soberania (DE SOUZA ABREU,2013). Esse cenário de

resistência e passividade brasileira, criou uma necessária mudança de postura e de adaptação por parte dos entes subnacionais brasileiros onde notou-se um maior aumento dos procedimentos administrativos como o intercâmbio de política públicas entre cidades (que foi um marco inicial de ações com viés paradiplomático), visando o desenvolvimento socioeconômico dessas regiões já que, constitucionalmente, esses membros não possuíam apoio constitucional e público da União.

O autor De Souza (2013) traz: essa postura (resistente e passiva) trouxe um prejuízo socioeconômico, freando a ambição dos atores subnacionais na melhoria da qualidade de vida de seus habitantes e criando assim um cenário imprescindível de ajuste, para diminuir essa perda, por parte dos demais membros da federação (DE SOUZA ABREU,2013). Segundo Rodrigues(2019), houve uma tentativa de discussão de uma ação mais compartilhada no período do Presidente Fernando Henrique Cardoso, segundo Miklos (2011): “O debate culminou, em 1995, com a criação da Diplomacia Federativa, política de Estado concebida para aproximar a chancelaria brasileira de governos estaduais e municipais e permitir a coordenação” (MIKLOS,2011,p.87) – porém, o Ministério de Relações Exteriores (MRE) ainda tinha tudo sob seu controle na articulação de políticas sobre essa área dos debates internacionais e houve certo progresso somente no governo do presidente Lula onde foi criada uma cooperação internacional federativa gerando uma promoção inicial dos interesses dos membros subnacionais, entretanto, desde que eles fossem alinhados aos interesses do Ministério das Relações Exteriores, ou seja, ainda em uma perspectiva subordinada ao ente federal máximo (RODRIGUES DOS SANTOS,2019).

No Brasil foi implementado a terminologia “diplomacia federativa” que foi popularizada nos anos 90 e 2000. Segundo Tavares (2016), o termo foi incorporado no dicionário do ministério e passou a ser usado oficialmente para tratar sobre a participação de membros locais no cenário internacional, a terminologia foi usada durante muito tempo até ser modificada para “cooperação internacional descentralizada”.

Essa mudança segundo o autor Tavares (2016), é devido a intenção de retirar o termo “diplomacia” para não representar nenhum mal entendido sobre a questão da soberania. O uso desse novo termo tira a atenção da ação de cidades e municípios para

se remeter somente a produção de acordos de cooperação e não sobre temáticas de caráter diplomático.

No cenário atual, com a conjuntura originada da globalização e da crescente ação paradiplomática (mesmo que limitada) os governos subnacionais desenvolveram práticas com fim de atrair investimento externo e por isso foram criados acessórias estaduais/municipais em diversas regiões do Brasil, com Rio de Janeiro e São Paulo sendo os destaques nesse modelo de gestão política internacional subnacional, entretanto, uma realidade recorrente da ação paradiplomática no Brasil é: a falta de estrutura e irrelevância política do assunto para os líderes executivos desses membros subnacionais, além da falta de pessoal especializada no assunto da paradiplomacia, alguns governos locais até possuem funcionários que dispõem especialização na área de cooperação internacional e grande parte dos estados e municípios nem portam staff específico dessa área, na maioria dos casos as cidades brasileiras possuem pouca ou quase nenhuma estrutura como traz Aprigio (2016):

Municípios Brasileiros com Área para Cooperação Internacional

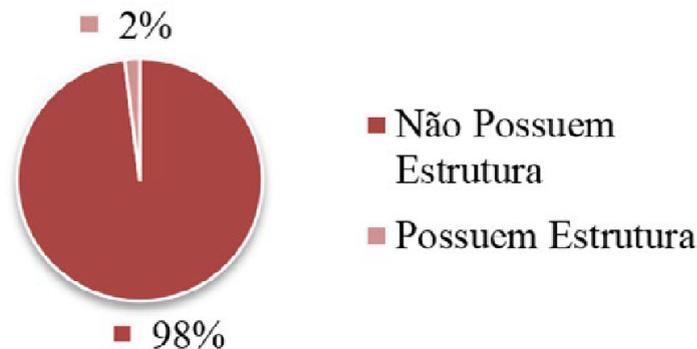


Figura 1 – Quadro com o índice de estrutura dos municípios brasileiros.

Fonte: Aprigio,2016.

No caso da Argentina, o país assim como o Brasil possuía a presença de um governo centralizador, porém, as diversas crises foram fundamentais para o ganho de espaço para os entes supranacionais, nos anos 80 com uma grande crise econômica e com intuito de cortar gastos o país transferiu o ônus do desenvolvimento local aos seus

entes subnacionais, como em uma espécie de dividir o prejuízo das crises e assim corresponder a pressão que estava vindo dos processos originários da globalização (FRÓIO,MEDEIROS,2011); No ano de 2001 a crise foi marcante para que os governadores das províncias tivessem maior relevância na política Argentina, emplacando vários atores, os quais, tornaram-se figuras chaves para uma tentativa de uma volta ao cenário de estabilidade nacional(AGOSTO,2009).

O marco da constituição de 1994 foi só uma confirmação constitucional dessa tendência de compartilhamento das funções e da incorporação da temática internacional nas províncias, antes mesmo da constituição ter sido construída e entrada em vigor diversos municípios argentinos já haviam reformado suas constituições para o seu funcionamento na temática internacional, algumas cidades que já haviam feito esse processo: Rio Negro (1988), Tierra del Fuego (1991), Jujuy (1986), San Juan (1986), Córdoba(1987) e Salta (1986) (FRÓIO, MEDEIROS,2011). A pressão foi tão grande com tantos atores participando que o estado argentino criou órgãos como em 1992 foi criada a Subsecretaria de Relações Institucionais dentro do Ministério de Relações Exteriores visando assistir e instrumentar há relação entre os organismos e as autoridades diversas de poder do estado argentino (COLACRAI, ZUBELZÚ, 2004).A inserção de tantas províncias foi fundamental para a afirmação desses no cenário internacional, o autor Via traz o seguinte ponto sobre como era a ação desses membros “as regiões argentinas passam a negociar em conjunto, canalizando seus interesses em comum” (VIA,2004, p.16).

Essa ação em conjunto das províncias somado a cidade autônoma de Buenos Aires marca essa fase crescente desses atores argentinos no campo internacional e consolida um cenário inicial das atuações subnacionais, onde esses membros almejam criar um cenário de cooperação e não de competição, por consequência, eles potencializaram o uso do mecanismo da paradiplomacia como uma vitrine para um desenvolvimento socioeconômico dessas regiões. Um fator determinante para essa busca por atuação internacional foi a dependência financeira, a parte da região de Buenos Aires, todas as outras cidades dependiam dos tributos que viam do governo central para continuar seu governo, com a intenção de quebrar esse cenário de sujeição ou pelo menos diminuir esse efeito, os membros subnacionais começam a se organizar para a atuação em nível paradiplomático (FRÓIO, MEDEIROS, 2011).

A política internacional subnacional Argentina tem sua estrutura organiza em duas subdimensões, segundo Calvento (2019): a primeira dimensão de relacionamento institucional (envolve acordos de cooperação como a mercocidades) e a dimensão de posicionamento (envolve a promoção externa da imagem de cada cidade argentina) essas dimensões e indicadores é bem retratado no quadro a seguir:

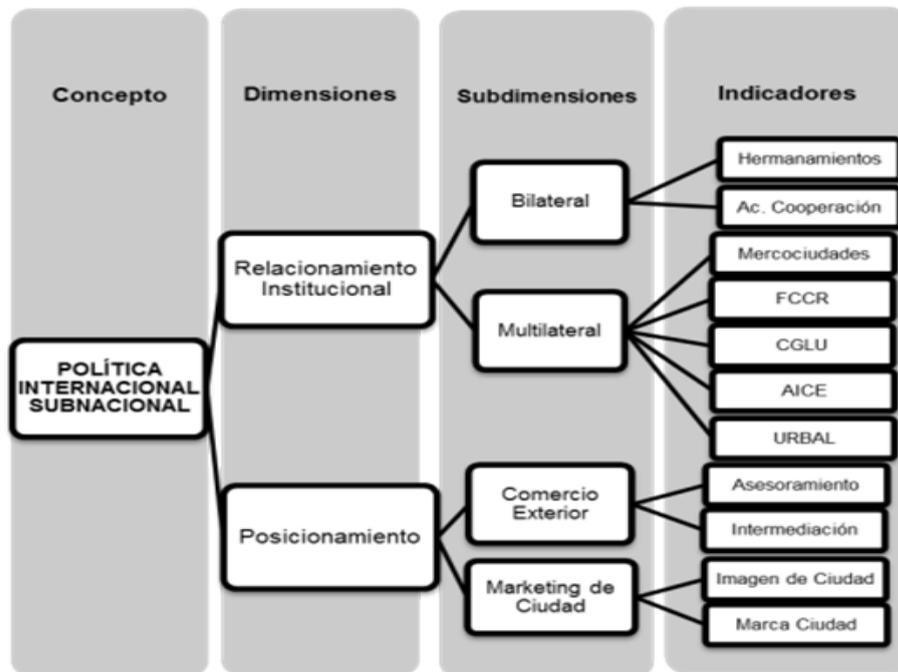


Figura 2- Divisões e indicadores da política subnacional internacional Argentina

Fonte: Calvento,2019.

O marco dessa transição do caráter centralizador das ações e diálogos internacionais na figura do estado para a maior abertura dos membros subnacionais foram as cooperações descentralizadas, destacando-se: o acordo Crecenea-Codesul, entre províncias argentinas e estados brasileiros, e a Rede de Mercocidades, que reúne cidades dos países pertencentes ao Mercosul (FRÓIO, MEDEIROS,2011).

O mercado comum do sul teve um papel muito importante nessa institucionalização e afirmação da entrada dos demais membros pertencentes a uma nação, nessa organização intergovernamental foi criado o foro consultivo de municípios, estados, províncias e departamentos que tinha por função dar mais voz a esses novos

atores do cenário internacional e fazer com que eles possam participar das discussões desse bloco econômico, essa introdução é um marco (mesmo que inicial) para a valorização e potencialização das experiências desses governos subnacionais, principalmente nas regiões de fronteira onde diversas das partes envolvidas podem ter interesses em comum e assim compartilhar de um interesse de formular processos de cooperação nessas áreas.

O desenvolvimento dessas zonas de fronteira foi importante para, a construção e desenvoltura de projetos com caráter cooperativo, mesmo que tenha só uma abordagem inicial foi importante para trazer uma atenção política econômica a esses territórios (BANZATTO, 2014).

Essa relação entre cidades localizadas em região de fronteira, pode ser subdividida dentro do âmbito da paradiplomacia como paradiplomacia regional transfronteiriça como traz Duchacek (1990, p.18-19):

“Por paradiplomacia regional transfronteiriça entende-se contatos transfronteiriços – institucional, formal e, acima de tudo, informal – que são preponderantemente condicionados pela proximidade geográfica e pela resultante similar na natureza de problemas comuns e de suas possíveis soluções” (Tradução Livre)

A rede de mercocidades também foi de suma importância para essa afirmação dos processos paradiplomáticos, essa vertente subnacional dentro do Mercosul tem caráter funcional de uma rede de cooperação com caráter horizontal, onde mais de 80 municípios argentinos e mais de 70 brasileiros participam dessa rede, totalizando mais de 50% do total dos municípios presentes (FRÓIO, MEDEIROS, 2011). Esses processos de “ondas regionais” possuem maior atenção aos quesitos econômicos com as tentativas de zonas de livre comércio, foi de extrema importância para um avanço das discussões desses acordos internacionais a inserção dos governos estaduais e municipais, após a abertura dos diálogos para os demais membros como traz Junqueira (2019): “somente com a inclusão de novos temas e novos atores na integração regional é possível falar do seu desenvolvimento.” (JUNQUEIRA, 2019, p.96).

Como toda a discussão envolvendo a paradiplomacia na região dos membros sul-americanos, o problema da tomada de decisão permaneceu ligado fortemente à figura dos governos nacionais (JUNQUEIRA, 2019). Esse cenário causou segundo Junqueira (2019) “Isso fez com que a integração regional tivesse um aspecto dual:

houve descentralização da agenda, mas não houve descentralização decisória.” (JUNQUEIRA, 2019, p.96). A temática sobre a tomada de decisão remete, mais uma vez, a problemática da soberania e a “preocupação” da perda dela por parte dos países sul-americanos. A tomada de decisão, a qual, é uma das cinco perspectivas analíticas sobre a internacionalização subnacional de Oddone (2016): “ator internacional, política exterior e processos de tomada de decisão, desenvolvimento territorial, governança e processos de integração regional” (ODDONE, 2016, p.69).

O Mercosul indicou a ampliação da integração das demais partes, todavia, não foi aprofundado essa incorporação, deixando o cenário subnacional instável e cheio de incertezas. O autor Junqueira (2019) define uma solução possível para a um cenário de maior estabilidade “Uma possível reforma institucional do Mercosul para além do seu aspecto intergovernamental fortaleceria a dinâmica subnacional da região sul-americana” (JUNQUEIRA, 2019, p.97). Atualmente, o Mercosul vive sério cenário de instabilidade institucional e corre grande risco de ser extinto e o debate subnacional e uma possível reforma institucional passa longe de acontecer, pelo menos num futuro próximo.

2.2 Análise da constitucionalidade da Paradiplomacia no Brasil e na Argentina

2.2.1 Constitucionalidade da Paradiplomacia no Brasil

A temática da base legal constitucional para membros subnacionais é sempre um assunto delicado, principalmente no Brasil, por se pensar que ela pode afetar no tema da soberania do estado brasileiro. O cenário brasileiro é um tanto quanto complexo: uma região de grande porte com diversos membros de caráter subnacional, onde cada um vive realidade diferente e situações diversas como a falta de fundo de investimentos e até a falência de alguns membros devido a tantas dívidas criadas ao longo dos anos.

Apoiado nesse cenário, esses atores então começam a se articular com ações de entrada no campo internacional explorando oportunidades para tentar atrair investimento externo e até intercâmbio de políticas públicas para diminuir esse déficit criado, entretanto, o Brasil vive um dilema entre sua entrada no cenário internacional e a falta de segurança jurídica, com um sistema fundamentado no modelo do federalismo, sabe-se o quanto a autonomia das partes é um dos elementos políticos principais dessa

matriz de governo (TEIXEIRA,2020), entretanto, o país não consegue incorporar esse princípio como trata o autor Teixeira (2020) a estrutura brasileira é limitada para as ações autônomas de membros subnacionais, a disposição ao diálogo da política externa brasileira permanece delimitada pelos artigos 21 ao 23 da CF de 1988, principalmente no referido Art.21 que trata sobre: o poder de concentração da ação externa na figura do Presidente (União) (TEIXEIRA,2020).

Os membros supranacionais ficam desprovidos de uma base constitucional legal necessária para o exercício de sua política externa e são restringidos a se utilizar de mecanismos como a paradiplomacia, não se há uma legislação que impeça a prática dessa atividade política, porém, não há uma que regulamente a mesma e isso cria um cenário de dificuldade de articulação dos estados e municípios, pois nada garante que uma cidade de outro país faça acordos/parcerias com locais que não possuem uma constituição para tal assunto, essa base jurídica vaga traz uma imagem atrasada do país para membros de outros países, os quais já possuíam parâmetros jurídicos para a realização de mecanismos político com a paradiplomacia (TEIXEIRA,2020).

A constituição de 1988 até tentou promover termos para a ajuda e assentamento dessas políticas externas dos demais atores da federação como trata os autores Fróio e Medeiros (2011, p.5):

“à Constituição Federal de 1988 promoveu um incentivo indireto à paradiplomacia ao garantir a descentralização tributária, permitindo que estados e municípios administrarem suas receitas e despesas públicas, o que estimulou a busca por recursos estrangeiros”

Apesar desse fator estimulante o dilema da falta de apoio continuou e até hoje os entes subnacionais não possuem personalidade jurídica internacional, diferente do que é visto na Argentina, assim não podendo celebrar nenhum tipo de acordo ou tratado, limitando o espaço de negociação dos estados e municípios (RODRIGUES DOS SANTOS,2019).

Mesmo com as limitações, houve aumento das práticas paradiplomáticas justamente pela necessidade do equilíbrio e desenvolvimento das regiões municipais e estaduais, essa progressão desses procedimentos até gerou uma tentativa de reforma

jurídica em 2005, o Deputado André Costa (PDT) formulou uma proposta de emenda constitucional (475/05) com o fim de modificar o Art.23 da Constituição que aborda justamente a centralidade das ações políticas externas e então permitir aos entes subnacionais promover atos e celebrar acordos ou convênios com outros entes internacionais(Personalidade jurídica necessária para a promoção da paradiplomacia). A proposta foi rejeitada pelo Relator Ney Lopes (PFL/RN) alegando sua inadmissibilidade por ferirem os princípios da constituição e na percepção dos parlamentares, os entes federativos podem defender seus interesses desde que não assumam compromisso jurídico (FRÓIO, MEDEIROS, 2011).

Dito isso, até os dias atuais permanece o cenário da falta de uma jurisdição específica para os demais atores da federação e mesmo assim esses conseguem articular mecanismos para sua atuação no cenário internacional. Uma via possível para uma futura normatização do mecanismo da paradiplomacia seria a união da regulamentação e coordenação das ações paradiplomáticas, alinhando os interesses entre as partes e colaborando em atuações de forma multinível, respeitando o poder de auto-organização de cada membro federal e assim incrementando cada vez mais o crescimento das atividades paradiplomáticas (TEIXEIRA,2020).

2.2.2 Constitucionalidade da Paradiplomacia na Argentina

No caso argentino, o mecanismo da paradiplomacia e sua constitucionalidade levou rumo diferente do caso brasileiro, a Argentina também possui um modelo federalista de governo que preza pela autonomia política das partes (pelo menos em teoria) igualmente ao Brasil dispunha de uma figura centralizadora, porém, com o contexto das crises já abordado além do sancionamento das leis de reforma do estado (23.696/89) de emergência econômica (23.697/89) decretando uma redução da intervenção estatal garantindo assim a abertura e liberação da economia das regiões subnacionais. Somado a esses fatores ocorreu um movimento de incorporação de mecanismos internacionais por parte das províncias argentinas como um posicionamento feito para pressionar o Estado argentino pôr o reconhecimento expresso dos atores subnacionais argentinos como atores jurídicos internacionais legais, era então só questão de tempo a inserção na constituição da autonomia política subnacional, foi o

que ocorreu no ano de 1994 com a Reforma Constitucional. Segundo Fróio e Medeiros (2011, p.5):

“A Constituição Nacional Argentina garante às províncias a capacidade de celebrar convênios e tratados desde que não afetem o crédito público, sejam compatíveis com a política exterior do país e que celebrem com conhecimento do Congresso Nacional.”

A garantia de uma personalidade jurídica para os membros foi um marco para o crescimento da estrutura de política externa desses atores e assim foram criados órgãos administrativos para auxiliar nesse como traz (SNYDER,2001, p.220, tradução autoral.) “Mas eles têm suas próprias burocracias e agências que correspondem ao governo provincial. pode regular as atividades econômicas de sua ordem institucional”. O tema da autonomia subnacional é contemplado e assegurado na constituição no Art. 123 e no Art. 5 onde: Cada província detém e dita sua própria constituição em todas as esferas que envolvem a administração de um governo como a ordem institucional, política até a ordem econômica, havendo assim, um mecanismo jurídico legal para que as províncias possam coordenar sua política externa contanto que elas sejam compatíveis com a política externa nacional.

Somando-os ao Art.124, o qual também normatiza a temática do controle da política externa, permite às províncias estabelecer regiões para o seu desenvolvimento além da questão de celebrar tratados. A constituição garantiu a cada uma das cidades o poder de autonomia a essas, concedendo capacidade de agir e gestão política internacional (COSTAMAGNA, FOGLIA,2011).

A questão da gestão pública externa é fundamental para o desenvolvimento socioeconômico de regiões tão afetadas pelas diversas crises vivenciadas na Argentina. Comprovando a afirmação das ações políticas foi feito um levantamento do número de acordos feitos pelas províncias argentinas, verificando um aumento significativo dos pactos firmados na época da criação da constituição de 1994:



Figura 3 – Número de acordos de irmanamento das províncias argentinas

Fonte: Fróio e Medeiros, 2011, p.10.

2.3 Ciclos das políticas públicas, a participação da sociedade civil e a relação com a autonomia dos entes subnacionais.

2.3.1 Ciclo das Políticas Públicas

O processo de criação de políticas públicas é essencial/interligado ao desenvolvimento de qualquer membro de um país. O conceito de política pública é definido por Castro e Oliveira (2014) como: “conjunto de políticas, programas e ações dos Estados, diretamente ou por meio de delegação, com o objetivo de enfrentar desafios e aproveitar oportunidades de interesse coletivo” (CASTRO, OLIVEIRA, 2014, p.22).

Na criação das políticas são identificadas quatro fases no processo como traz Melo (2015): definição da agenda pública, a formulação e escolha das políticas públicas, sua implementação pelo órgão competente e avaliação pelos diversos mecanismos previstos na Constituição e nas leis. (MELO,2015).

A etapa da formulação e escolha das políticas públicas remete a princípios jurídicos como legitimidade, que no caso dos entes subnacionais brasileiros é o grande entrave pela falta da personalidade por parte do Estado nacional a esses membros. Porém, cada vez mais esses atores têm encontrado meios administrativos para se utilizar de mecanismos políticos como a paradiplomacia. Essa ação política está plenamente relacionada ao aspecto do desenvolvimento socioeconômico dessas regiões, os autores Castro e Oliveira definem desenvolvimento como: “a capacidade de determinada sociedade superar os entraves à realização de suas potencialidades” (CASTRO, OLIVEIRA, 2014, p.22).

No contexto da criação de política internacional subnacional brasileira, a superação dos entraves é um fato, visto a dificuldade de desenvolvimento dessa dentro do cenário jurídico no Brasil. A paradiplomacia como política pública subnacional tem a intenção de promover e atender as demandas da população além de, abordar as cinco grandes dimensões necessárias para a criação de políticas: social, econômica, ambiental, territorial e político-institucional (CASTRO, OLIVEIRA, 2014).

No caso brasileiro, as políticas públicas são muito influenciadas pela dimensão social, os entes subnacionais efetuam uma série de programas de ações como: garantia de renda, garantia da oferta de bens e serviços além da regulação dessas ofertas. Essas ações são de suma importância pois, promovem a incorporação de vários cidadãos brasileiros no mercado de trabalho e portanto elas agem como instrumento para diminuir as desigualdades sociais presentes no Brasil (CASTRO, OLIVEIRA, 2014). Os dois primeiros programas envolvem muito gasto para os governos, geralmente os estados e municípios não possuem tanta verba do governo nacional, nesse cenário; Apresenta-se proveitoso a dinâmica da paradiplomacia: efetuando um sistema de “marketing” subnacional atraindo capital estrangeiro e até intercâmbio de políticas públicas com demais cidade exteriores com o intuito de maximizar a gestão pública dos estados e municípios.

Todo o processo de criação de medidas públicas possui um formato cíclico, o qual, envolve várias instâncias administrativas institucionais de todos os membros da federação, dito isso, a base jurídica para movimentos internos é de certa forma funcional

mas os movimentos externos possuem grande limitação e por isso torna cada vez mais difícil mecanismos políticos externos como a ação paradiplomática dos atores supranacionais (MELO,2015).

No caso argentino, com o marco constitucional de 1994, os entes subnacionais absorvem as responsabilidades de gestão públicas em várias áreas, em 1992 todos os estabelecimentos de educação até nível de ensino médio são de atribuição das províncias, esse feito foi conquistado por meio da Lei de Transferência de Serviços, a questão da educação é fundamental pois, ela atinge diretamente sobre o desenvolvimento socioeconômico regional e na diminuição das desigualdades presente na argentina.

A temática da saúde também foi um símbolo da legitimidade que o governo atribuiu aos seus membros subnacionais, a transferência da gestão da saúde pública começou em 1978 e foi completado nos anos 90 (época que foi implementada a constituição de 94) (OBSERVATÓRIO SOCIAL,2011). Grande parte dos recursos financeiros da maioria das províncias veem da distribuição nacional dos tributos fiscais, como foi trago anteriormente no texto, com o intuito de diminuir esse efeito de dependência da Nação o mecanismo da paradiplomacia foi fundamental para a atração de recursos externos e de propagação da imagem das demais províncias argentinas, diferentemente do cenário apresentado no Brasil, a política pública internacional subnacional argentina foi legitimidade e facilitou a atração e celebração de acordos de caráter financeiro.

No âmbito político, com o processo de descentralização política e a autonomia para os membros províncias argentinas esses procedimentos incrementaram aos dirigentes subnacionais a execução de políticas e a provisão de serviços públicos (ORTIZ,2016). A constituição de 1994 trouxe uma amplitude política, onde cada uma das províncias pode estabelecer seu próprio regime de leis na região e assim controlar o regimento da criação das políticas públicas, tanto na esfera interna como na externa (diferentemente do Brasil) com tanto que elas fossem alinhadas com os planos nacionais de política externas.

2.3.2. A Participação da Sociedade Civil

A emergência de novos debates pós Segunda Guerra Mundial estimulados pelos efeitos da globalização e da descentralização estatal, abriu espaço para a inserção de novos atores, onde há de se destacar um em particular pela força ganha nos espaços e debates envolvendo todas as esferas estatais que é: A sociedade civil, pensando tanto em âmbito local quanto internacional (força das ONGs) esse novo ator ganhou poder de voz dentro dessa nova dinâmica citada (REIS,2021).

Dito isso, dentro do ciclo de políticas públicas, as etapas de formulação da agenda e das políticas que visam o desenvolvimento local e a melhoria da gestão pública tem como um dos seus pilares formuladores a participação da sociedade, visto que a criação desses mecanismos políticos tem por destino a própria população, a abertura dos debates e a popularização de temas atuais como mobilidade urbana, segurança e entre outros.

Pelo fato dessas temáticas envolverem diretamente a esfera da sociedade civil isso criou o cenário onde: a sociedade civil como maior beneficiário começasse a participar e engajar na discussão sobre o valor (positivo ou negativo) da gestão pública, essa que é proporcionada e alavancada por mecanismo como a paradiplomacia, essa participação remete a outro aspecto da influência da sociedade civil sobre partilhar a responsabilidade de tornar a política pública e conseqüentemente a gestão daqueles envolvidos na produção da mesma efetiva (SILVA,2021).

Como defende a autora Silva (2021), o cenário está longe de ser ideal, porém, devido à pressão por uma voz ao povo tem sido criado cada vez mais espaço para a atuação da sociedade na modelagem da construção pública local, principalmente no cenário da covid-19, onde o impacto das políticas públicas regionais atinge diretamente a população.

O autor Melo (2015) aborda: como a formação de políticas públicas é relevante para o coletivo e apresenta que a participação da sociedade civil pode ocorrer “por meio de associações privadas, meios de comunicação de massa, sindicatos, grupos de lobby, e mesmo indivíduos autônomos com grande capacidade de mobilização pública.” (MELO,2015, p.59).

Reforçando o papel da sociedade civil, Melo (2015) traz a importante constatação de que na formulação da escolha de políticas públicas os membros da sociedade apresentam problemáticas e soluções propostas a serem resolvidas pelo

governo local, a coleta destas informações por parte da população pode partir de mecanismos em processos abertos como audiências públicas, plebiscitos e consultas públicas (MELO,2015).

Essa interação das problemáticas e soluções fortifica a questão sobre a imediação de suma importância entre o povo e o estado como traz o autor Santana (2009) sobre a aproximação entre a sociedade civil com o poder público na formulação de políticas de acordo com as demandas existentes. O autor Dowbor (2016) aborda como essa interação de caráter administrativo com os habitantes da região deve se manter próxima para que haja um impacto positivo nesse grupo local “quando as decisões são tomadas muito longe do cidadão, correspondem muito pouco a sua necessidade” (Dowbor; 2016; p. 20).

A autora Silva (2021) defende um papel muito importante da sociedade civil, apesar de todas as esferas de poder que envolvem todo o processo de criação e do estabelecimento das políticas públicas é no meio da população e da necessidade dela que surge o desenvolvimento das políticas a serem implantadas. Por isso, é importante pensar o papel fundamental de colaborador da sociedade civil no desenvolvimento e fortalecimento local, reafirmando a questão levantada da população ser uma importante parte no corpo político para a construção de futuras políticas públicas.

No aspecto referente a sociedade civil e as pautas de cunho exterior, a agenda que remete a temáticas internacionais é importante, principalmente como uma vitrine de promoção local para trazer investimento externo, entretanto, segundo Silva (2021) é necessário a introdução e contextualização da pauta internacional aos membros da sociedade para reforçar a importância de assuntos como esses para o desenvolvimento regional e segundo a autora tudo começa na disseminação do conhecimento dessa agenda.

No caso do Brasil é ainda mais relevante a busca acerca da visibilidade internacional, pois o país dispõe de diversas cidades com capacidade turística, toda a infraestrutura local e desenvolvimento da região envolvido na captação de turistas é possível de ser atingido dentro do cenário da interação da gestão pública do governo dessas cidades com a construção de hotéis e afins, junto com a participação da sociedade civil no engajamento dessa dinâmicas como na introdução de mais idiomas

nos comércios locais, visto que, os beneficiários da promoção local são os próprios moradores (SILVA,2021).

CÁP 3 – AÇÕES DE COOPERAÇÃO REALIZADAS PELOS ENTES SUBNACIONAIS DOS PAÍSES

O presente capítulo trata, dentro do seu primeiro momento uma tabelas sobre os casos de cooperação subnacional de cidades argentinas e Brasileiras. Na tabela serão abordados aspectos como a área do projeto, o ano e as cidade envolvidas. No segundo momento serão divididos e discorridos os casos tanto argentinos como brasileiros. Na primeira parte desse segundo momento é apresentado os casos das cidades brasileiras, será desenvolvido e explicitado os atores envolvidos, o objetivo da cooperação, as características de cada cidade e os marcos internacionais atingidos pelas parcerias apresentadas. Na segunda parte do segundo momento será exposto os casos de sucesso de cooperação de cidade argentinas, sendo realizado o mesmo processo de detalhes dos casos brasileiros.

3.1 Tabela de Casos de Paradiplomacia

TÍTULO	ANO	ÁREA DO PROJETO	CIDADES
Parceria entre as cidades para a construção do centro socioambiental da cidade de São Leopoldo com a ajuda da cidade portuguesa de Viana.	2019	Ecologia Urbana: gestão de resíduos de água, gestão ambiental. Fonte: https://iucla.eu/wpcontent/uploads/2020/10/ImpactSurveyResults_3_SaoLeopoldoViana-1.pdf	São Leopoldo (Brasil) e Viana (Portugal).
Projeto de cooperação visando a ampliação do sistema de segurança da cidade brasileira e de mobilidade da cidade.	2018	Segurança e mobilidade urbana/Desenvolvimento urbano. Fonte: http://iuc-la.eu/wp-content/uploads/2020/10/ImpactSurveyResults_16_Vito%CC%81ria-Seville.pdf	Vitória (Brasil) e Sevilla (Espanha).

Parceria visando a compra de respiradores. (COVID).	2020	Saúde Pública e Privada. Fonte: https://relacoesexteriores.com.br/atuacao-governo-maranhense-restricoes-comercio-internacional/	Maranhão (Brasil) e Foshan (China).
Compra de Utensílios Básicos de Saúde. (COVID).	2020	Saúde Pública e Privada. Fonte: http://www.desenvolvimento.mg.gov.br/assets/projetos/1084/27b78d3d4bf8b0c3879af01eafa71b57.pdf	Minas Gerais (Brasil) e Jiangsu (China).
Cooperação para o desenvolvimento e implementação do turismo ecológico inteligente na cidade de Benedito Novo.	2019	Ecologia Urbana: Gestão do turismo ecológico, Transição Digital e Desenvolvimento Urbano. Fonte: https://iuc-la.eu/wp-content/uploads/2020/10/ImpactSurveyResults_10_BeneditoNovo-AlbaIulia-2.pdf	Benedito Novo (Brasil) e Alba Lulia (Romênia)
Cooperação para o desenvolvimento de políticas de igualdade, a partir do intercâmbio de políticas públicas.	2021	Desenvolvimento socioeconômico, igualdade de gênero e igualdade de oportunidades. Fonte: https://www.santafe.gob.ar/noticias/noticia/270096/	Santa Fé (Argentina) e Costa Rica/Espanha.
Parceria para a renovação urbana e a ampliação do intercâmbio de políticas urbanas.	2019	Desenvolvimento Urbano, Gestão de políticas Públicas. Fonte: https://iucla.eu/wpcontent/uploads/2020/10/ImpactSurveyResults_5_BuenosAiresMadrid-1.pdf	Buenos Aires (Argentina) e Madri (Espanha).
Cooperação para a melhoria da gestão de energias com a promoção de novas energias renováveis.	2019	Desenvolvimento Sustentável, Gestão de Energia Renovável e Meio Ambiente. Fonte: https://iuc-la.eu/wp-content/uploads/2020/10/ImpactSurveyResults_9_Rosario_Genoa-2.pdf	Rosario (Argentina) e Genua (Itália).
Cooperação visando a parceira no setor turístico e a implementação de um modelo de negócios na cidade argentina.	2018	Empreendedorismo, Gestão do Turismo Local e intercâmbio de Políticas Públicas. Fonte: https://iuc-la.eu/wp-content/uploads/2020/10/ImpactSurveyResults_8_RioGrandeAlbacete-3.pdf	Rio grande (Argentina) e Albacete (Espanha).

Parceria visando a melhoria/complemento do sistema de resíduo da cidade de San Justo.	2018	Gestão pública Ambiental, Gestão de Resíduos, Reciclagem e Desenvolvimento Urbano. Fonte: https://iuc-la.eu/wp-content/uploads/2020/10/ImpactSurveyResults_15_SanJusto-PavlosMelas-2.pdf	San Justo (Argentina) e Pavlos Melas (Grécia).
---	------	---	--

Fonte: Elaboração Própria

3.2 Cases Brasileiros

3.2.1 Caso Maranhense

Dentro desse case do estado brasileiro Maranhão será abordado a atuação e todo plano de ação realizado pelo governo local para a compra de equipamentos de saúde. Antes de se introduzir o feito da administração da cidade deve se frisar a competência dos estados e municípios vigente pelo artigo 30 da constituição sobre a competência dos municípios “Assim, a execução da saúde, nos termos de contratação de contingente e construção de hospitais, postos médicos e unidades de terapia intensiva, por exemplo, são deveres dos estados e municípios.” Sendo assim fica de cargo dos governos locais toda a articulação para a manutenção do sistema de saúde e ao ministério da saúde subsiste o repasse de verba para a compra dos aparelhos e afins. Entretanto, esse discurso sobre a aquisição de equipamentos gera muito debate devido a não formulação acerca da autonomia dos entes e assim gerar restrições sobre liberdade de negociação dos governo locais (RAPOSO,2021).

Dito isso, a gestão maranhense inicia um plano de ação para a compra de matérias de saúde. Tudo se inicia com o cenário da falta de verba e do atraso no repasse pelo governo federal ao estado maranhense, uma estratégia de sensibilização de atores não-governamentais então é montada e assim os setores industriais locais foram mobilizados e beneficiaram o governo com 15 milhões de reais (GALHARDO,2020). O governo maranhense inicia a tentativa da execução da compra de respiradores e assim houve a primeira tentativa de compra de aparelhos diretamente de uma fábrica em Santa Catarina, porém, o governo federal impediu a operação alegando que a distribuição de aparelhos e de autoria do estado federal, sendo assim o governo maranhense buscou a alternativa de acordos internacionais e firmou um acordo com a China para a compra de cento e cinquenta equipamentos estes, foram comprados e enviados, toda via, no

deslocamento para o Brasil a Alemanha fez uma oferta maior pela mercadoria e conseguiu ter o direito e ficou com os aparelhos (RAPOSO,2021).

Devido a todas as frustrações nas negociações, o governo do Maranhão se valeu da sua boa relação com o governo chinês e com o auxílio de empresários presentes na região de Foshan (China) desenvolveu-se um acordo com a cidade chinesa para a compra de respiradores e então cento e cinquenta respiradores foram encomendados, aqui vale ressaltar o esforço e a atuação paradiplomática por parte do governo do Maranhão na busca pela manutenção da gestão da saúde pública desde o acordo da compra a logística da chegada desse aparelhos, com o aparelho em posse houve um esquema de entrega distinto do anterior para justamente não ocorrer o que aconteceu no caso com a Alemanha, com isso o reabastecimento do avião foi relocado da Europa para a Etiópia, o que garantiu o deslocamento seguro da carga (RAPOSO,2021).

A operação foi um sucesso e logo após quatro horas o primeiro paciente já havia sido intubado utilizando justamente um dos aparelhos encomendados (GALHARDO,2020). O autor destaca um ponto importante estabelecido nesse caso do Maranhão que se deve destacar: a mudança do paradigma da condução de fazer política onde no case específico citado houve o uso da boa relação entre a cidade brasileira e a cidade chinesa o qual, gerou o firmamento desse acordo provando essa nova dinâmica das relações internacionais envolvendo novos atores (RAPOSO,2021).

3.2.2 Caso São Leopoldo

Dentro desse Case será abordada a relação de cooperação entre a cidade localizada no Rio Grande do Sul, São Leopoldo e a cidade portuguesa de Viana de Castelo. O município brasileiro é um importante parque tecnológico com foco em inovação verde, já a cidade localizada em Portugal é o centro do “*cluster*” oceânico de energia renovável e faz parte do EIXO atlântico – que é uma importante e renomada rede de municípios do norte de Portugal.

Apresentada as partes dessa ação paradiplomática, o objetivo da cooperação é fazer o intercâmbio de políticas públicas com o intuito de: Aprimorar a gestão e eficiência dos serviços públicos relacionados com áreas verdes, água e energia renovável, melhoria da gestão dos centros ambientais a partir da inclusão dos aspectos sociais na manutenção dos parques nacionais da região, levando a uma sensibilização da

população (aqui cabe citar e reforçar mais uma vez o papel da sociedade civil na construção de políticas públicas) e o terceiro objetivo é a abertura de mercado para as empresas locais que dentro de seus respectivos parques tecnológicos operem com a inovação da economia verde (RELATÓRIO COOPERAÇÃO, 2019).

A paradiplomacia é estabelecida na troca de experiências e do intercambio de políticas públicas por parte da cidade português com endereço a região brasileira. Pode-se citar algumas das partes envolvidas determinantes para o acontecimento da cooperação, são elas: Município de São Leopoldo (Secretaria de mobilidade e serviços urbanos, Secretaria municipal de meio ambiente, Secretaria municipal de desenvolvimento econômico além da Secretaria geral do governo local), setor privado da cidade brasileira, o Parque TECNOSINOS e a população da cidade. A parte da cidade europeia os órgãos envolvidos são: Câmara Municipal de Viana do Castelo e serviços relacionados a água e saneamento básico, Agência regional de energia e meio ambiente, empresas e associações industriais e participação do EIXO Atlântico (RELATÓRIO COOPERAÇÃO,2019).

Com um projeto piloto da criação de um centro socioambiental na região de São Leopoldo com o apoio da cidade portuguesa de Viana, algumas atividades foram estabelecidas para a construção e consolidação desse centro. A primeira atividade foi um encontro técnico presencial que conteve a participação do prefeito do município brasileiro junto com a participação de grandes empresas da região, a segunda atividade foi um encontro na região de Portugal onde foi organizado a elaboração de um plano de ação conjunto.

O caso foi um sucesso e introduzido como um case inspirador de cooperação descentralizada internacional. Tendo em vistas todas as atividades, foi concretizado a construção do centro e ele ajudou a fomentar a relação entre as empresas operantes na área de parques tecnológicos com foco na energia verde das duas regiões. A cooperação ainda contribui para alguns marcos internacionais com a relação entre os ODS (Objetivos Desenvolvimento Sustentável) número 6 – envolve água limpa e saneamento – e o número 11 – engloba o desenvolvimento urbano- e colaborou na agenda urbana da União Europeia dentro do aspecto do uso sustentável da terra e soluções baseadas na natureza (RELATÓRIO COOPERAÇÃO,2019).

3.2.3 Caso Minas Gerais

O case a ser apresentado retrata a importância ganha pela paradiplomacia dos municípios e principalmente estados brasileiros, as unidades administrativas dos governos subnacionais tem cada vez mais crescido e produzido ações conjuntas com entes mundo a fora. O contexto de pandemia, incitou a mudança de postura dos membros subnacionais de uma abordagem mais “*soft*” para um modelo mais agressivo, de participação constante pela busca de suprimentos e equipamentos, visto que, a falta de políticas para essas regiões e conseqüentemente a pouquidade da atenção para com esses membros é um fato constante (RODRIGUES,2019). Para viabilizar essas ações de combate e enfrentamento a pandemia, faz-se fundamental a inserção de atores subnacionais com ações como: a troca de boas práticas no campo da saúde e da prospecção de oportunidade de cooperação internacional para a aquisição de insumos médicos (GOVERNO DE MINAS GERAIS,2020).

A cooperação do caso de Minas Gerais, a parte administrativa do governo envolvida é: Assessoria de Cooperação Nacional e Internacional da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, a Diretoria de Relações Internacionais da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico da Prefeitura de Belo Horizonte, a Subsecretaria de Promoção de Investimento e Cadeia Produtiva, Diretoria de Promoção de Exportações e a Assessoria de Cooperação Internacional (GOVERNO DE MINAS GERAIS, 2020).

O caso paradiplomático da inserção do estado de Minas Gerais no enfrentamento ao COVID – 19 é o seguinte: O ente subnacional brasileiro recebeu cerca de 50 mil máscaras cirúrgicas diretamente do governo da Província de Jiangsu, na China. A ação foi motivada e possível de ser feita devido a: Promoção comercial da cidade brasileira na região asiática e principalmente as relações de irmandade entre Minas Gerais e a Província de Jiangsu a qual, data desde o ano de 1996. Uma nova ação em conjunto também foi realizada e possível por meio dos feitos dos órgãos administrativos locais e pela influência da empresa Sul-Americana de Metais (SAM METAIS), porém, essa segunda iniciativa teve o maior foco na região Norte de Minas. Os municípios dessa região receberam cerca de 70 mil máscaras cirúrgicas para a prevenção do COVID – 19, eles foram doados por uma empresa que é administrada por uma companhia chinesa de Hong Kong (GOVERNO DE MINAS GERAIS,2020).

3.2.4 Caso de Vitória

Dentro dessa cooperação será abordado a ação em conjunto entre a cidade de Vitória (Brasil) e a cidade de Sevilla (Espanha). A capital brasileira do estado de Espírito Santo figura entre as melhores em ranking nacional nos quesitos como: qualidade de vida, educação e desenvolvimento humano e econômico. Já a cidade do sul da Espanha tem desenvolvido ao longo dos anos diversas políticas e projetos de políticas públicas com bons resultados. Ambas as regiões, tanto a brasileira quanto a espanhola, compartilham da visão política de uma maior participação do cidadão e da melhoria dos espaços públicos.

Diante disso, o projeto de cooperação internacional entre as cidades de Vitória/ES e Sevilla, foi elaborado após as partes demonstrarem interesses em comum de tornar o sistema de transporte público mais eficiente e implementar um projeto de prevenção ao crime organizado por meio de um moderno sistema de vigilância.

Além disso, por se tratar de tipo de cooperação não centralizada, as cidades evitam as burocracias estatais e ao mesmo tempo conseguem promover uma maior participação da sociedade civil na elaboração desses projetos.

A cooperação estabelece duas atividades a serem conduzidas visando o sucesso do projeto em conjunto das duas cidades. A primeira ação foi a visita da comitiva de Sevilla a cidade de Vitória onde aconteceu uma visita técnica em pontos estratégicos como: Um projeto de bicicletas, uma entidade de apoio a negócios inovadores, uma área onde será construído um parque tecnológico e um local onde é realizado projetos turísticos. A segunda ação foi a ida de uma delegação com cinco funcionários do governo estadual brasileiro para a cidade europeia. Onde foi estabelecido a visita ao prefeito de Sevilla e reunião com autoridades locais, assim como a visita a locais estratégicos da forma que havia sido feito no Brasil. A equipe brasileira teve a oportunidade de conhecer as políticas que estão desenvolvendo na cidade espanhola.

Com relação ao atores envolvidos, primeiro no âmbito social sobre o impacto dessa cooperação, serão envolvidos os moradores da cidade de Vitória, onde será estabelecido encontros para discutir o projeto com lideranças da cidade e representantes de ONGs com foco na defesa de problemas de desenvolvimento urbano e mobilidade na cidade, como o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Humano, o qual possui a

mesma vertente sobre a questão do impacto de projetos como esses com Sevilla, a qual pode trazer para o desenvolvimento do cidadão da cidade de Vitória.

Já pensando dentro do cenário econômico, será envolvido as empresas privadas parceiras (Cisco, Bosch, Ferrovial, Telefónica), as quais vão entrar com financiamento seja de equipamentos como de dinheiro visando aumentar o escopo do cerco de segurança da cidade.

Dentro do âmbito político-institucional estarão envolvidos alguns atores como: o Estado de Vitória (Secretaria de mobilidade e serviços urbanos), a Secretaria Geral de governo, a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico, Turístico e Tecnológico e o Município de Sevilla e sua câmara municipal.

A cooperação atingiu alguns resultados expressivos para o desenvolvimento sustentável da ação em conjunto como: Acordo sobre as principais linhas de trabalho, aprendizagem de práticas e projetos implementados pelas duas cidades envolvidas e o desenvolvimento do plano de ação. Além de ambas as cidades terem concordado em manter relação para desenvolver sistemas inteligentes de segurança para grandes eventos futuros, como o carnaval anual de Vitória.

A ação em conjunto envolvendo as cidades de Vitória e Sevilla foi contribuinte para alguns marcos internacionais como: A cooperação relaciona com os ODS (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável) da ONU, número 6(água limpa e saneamento) e número 11(desenvolvimento urbano). Além de contribuir com a Agenda Urbana da União Europeia no quesito da Infraestrutura Verde, Soluções Baseadas na Natureza e a Transição Digital.

3.2.5 Caso Benedito Novo

O caso a ser apresentado aborda a cooperação entre as cidades de Benedito Novo (Brasil) e Alba Lulia (Romênia). A cidade brasileira está localizada na região sul e fica dentro do estado de Santa Catarina. Já a cidade romena está localizada no centro do país e está localizada na região da Transilvânia. A cidade brasileira é predominantemente agrícola e tem destaque para seu turismo ecológico. Já a cidade europeia é um importante destino turístico pois possui vasto patrimônio histórico e cultural com obras de mais de dois mil anos.

Explanado os pontos fortes de cada região, a cooperação possui um objetivo principal da troca de experiências na modalidade do turismo e abranger temáticas como turismo sustentável e desenvolvimento de cidades inteligentes. A principal intervenção da ação em conjunto é a implementação do Turismo Inteligente na cidade brasileira.

A paradiplomacia surge como um mecanismo político para que possa ocorrer acordos como esse entre as cidades. Dito isso, a ação em conjunto só é possível graças aos governos das duas cidades e das demais parte envolvidas. Da parte do município de Benedito Novo: Associação dos Municípios do Médio Vale de Itajaí (AMMVI), Empresas Privadas, Diversas Universidades da Região e o Governo do Município de Benedito Novo. Da parte da cidade de Alba Lulia: Companhia *Life is Hard* SA, Outras Empresas Privadas, Universidades da Região Romena e o Governo do Município de Alba Lulia.

Estabelecido as partes envolvidas, foram determinadas as ações e atividades a serem realizadas com o intuito de se atingir o sucesso da cooperação. Foi estabelecido a visita técnica tanto da comitiva brasileira como a romena com a finalidade de estabelecer um plano de ação e juntar informações sobre os pontos fortes e fracos a serem usados na cooperação. Na visita a cidade de Alba Lulia a comitiva brasileira se dispôs a ajudar na promoção do turismo para cidades próximas, visto que, o município brasileiro possui experiência em trabalhar com cidades vizinhas. Após as visitas técnicas, ficou estabelecido uma série de atividades de intercâmbio entre as partes como: Uso de soluções digitais inspiradas em aplicativos romenos (Aplicativo City Health), Definição inicial da marca turística para o município de Benedito Novo, Negociação de um programa de estágios com a universidade de Alba Lulia, Preparação para um acordo de cidade irmãs e a Elaboração de um calendário de reuniões entre as duas equipes.

O projeto piloto da implementação do Turismo Inteligente na cidade brasileira tem a intenção de impactar a nível local a interação e apoio dos cidadãos com a administração local. Dito isso, foi estabelecido uma associação entre a cidade brasileira e a empresa criadora do aplicativo de mobilidade urbana (City Health). O objetivo dessa associação é a criação de um aplicativo da cidade o qual, permite disponibilizar informações e funcionar como canal de comunicação em tempo real.

A cooperação atingiu alguns resultados expressivos para ambas as partes como: O município brasileiro de Benedito Novo conseguiu disponibilizar aos cidadãos um aplicativo com a possibilidade de interação direta com a administração local. Já a cidade de Alba Lulia, aprendeu e pode ajudar no processo de criação de roteiros turísticos que conectam o governo com a população local.

A ação em conjunto entre as cidades ainda contribuiu para alguns marcos internacionais como: A relação com os ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis) da ONU nos tópicos 11 (Desenvolvimento Urbano), 12 (Produção e Consumo Responsáveis) e 15 (Vida na Terra). E a inclusão dessa cooperação dentro dos moldes da Agenda Urbana da União Europeia nos tópicos de Uso Sustentável do Solo, Soluções Baseadas na Natureza e na Transição Digital.

3.3 Cases Argentinos

3.3.1 Caso de Santa Fé

O caso da província Argentina trabalha uma nova interação presente nas relações entre atores internacionais, com a participação direta da sociedade civil na implementação de novas políticas visando aumentar a gama de participação de todos os membros da comunidade.

Dito isso, a cooperação envolve a província de Santa Fé (Argentina), Costa Rica e como uma colaboradora secundária a Espanha (GOVERNO DE SANTA FÉ, 2021). A cidade argentina citada montou um plano estratégico entre os anos 2020 – 2030 com isso ela se organizou e implantou uma política de internacionalização que a levou a firmar parcerias como a indica em cima com os dois países introduzidos anteriormente e tem o intuito como defendeu o próprio Governador (Omar Perotti) de que o território se fortaleça no interno e externo permanentemente com uma estrutura no que diz respeito ao gênero e equidade (GOVERNO DE SANTA FÉ, 2021).

Essa cooperação firmada pelo governo de Santa Fé tem o objetivo de executar e monitorar novas políticas públicas de igualdade dentro da província, essa finalidade vem em concordância com a criação da secretária de igualdade e gênero por parte do governo local. O projeto inicial tem o intuito de ter duração de 14 meses e se resume na prática paradiplomática do intercâmbio de políticas públicas, visto que a Costa Rica é

referência internacional de políticas com o intuito na igualdade de gênero e de dar mais oportunidade as mulheres dentro da sociedade e no mercado de trabalho.

A cooperação também possui uma vertente de investimento externo onde será injetado cerca de 75 mil dólares dentro da província para o desenvolvimento dessas políticas públicas de caráter igualitário, o governo local ainda possui o intuito ou desejo de ampliar esse programa de cooperação para um acordo de exportação dos produtos referências da região para os países participantes desse acordo (Costa Rica e Espanha) tudo isso dentro do processo de internacionalização de toda província, aqui inclui-se todos os municípios presentes na região (GOVERNO DE SANTA FÉ,2021).

O intuito de toda a cooperação e o objetivo da mesma é dar uma melhor garantia da igualdade de direitos a todos os gêneros, esse é um dos pontos do projeto até 2030. A vista disso, vale ressaltar a projeção e a voz da sociedade civil na participação desse acordo de cooperação, visto que, a província forneceu á esse ator mecanismos de ação e validação do plano como a constituição de um Conselho Multisetorial de Mulheres e a formação de tabelas territoriais com o intuito de monitorar o cenário de oportunidades disponível para as mulheres, somado a esse procedimento houve a inclusão da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (Aecid) como parceria cooperativa do acordo (GOVERNO DE SANTA FÉ,2021).

3.3.2 Caso Buenos Aires

O caso de cooperação a ser apresentado envolve duas das maiores cidades autônomas do sistema internacional – Madri e Buenos Aires – A cidade argentina é a capital e a maior região no quesito da infraestrutura do país, já a cidade espanhola também é a capital e um dos locais de maior estrutura e desenvolvimento do país. Ambas as partes envolvidas nesse acordo de cooperação buscam em termos gerais: a renovação urbana e a melhoria de suas respectivas gestões.

Dito isso, os objetivos principais dessa ação em conjunto a qual, foi pavimentada pela paradiplomacia dos dois governos subnacionais é: A busca pela melhoria do espaço público nos principais eixos urbanos das duas cidades e o intercâmbio de experiências em renovação urbana. Cabe destacar algumas redes de interesse na construção desse plano de ação por parte das duas regiões, como: A melhoria da mobilidade e dos transportes, a inclusão social, a inovação e crescimento

econômico de setores estratégicos e a inclusão dentro do processo como cidade sustentável. (RELATÓRIO COOPERAÇÃO,2019).

A cooperação na sua conceituação é um processo acordado entre duas partes com interesses em comum, ela envolve as mais diversas camadas de poder dos governos de cada cidade, dentro do caso apresentado no parágrafo anterior pode-se citar algumas envolvidas nesse caso citado: Por parte de Buenos Aires (Diretoria geral de regeneração urbana, Ministério do Meio Ambiente e Espaço Público, Ministério da Cultura, Secretaria Geral e Relações Internacionais, Federação do Comércio e da Indústria de Buenos Aires e alguns empresários do setor privado). Já da parte de Madrid (União das Cidades Capitais Ibero-Americanas, Ministério da Economia, Industria e Competitividade, Universidade de Girona e Valladolid e a Empresa Doymo).

A paradiplomacia foi estabelecida no momento da instauração de atividades entre as cidades: A primeira atividade em conjunto foram visitas técnicas e reuniões de trabalho, dentro dessas foram trocadas ideias e experiencias para a transformação do eixo central das cidades envolvidas. A segunda atividade foi além do plano de ação físico e tem como finalidade a criação de um manual de boas práticas como referência e modelo de inspiração para futuros acordos de cooperação entre cidades internacionais (RELATÓRIO COOPERAÇÃO,2019).

A cooperação foi um sucesso e o intercâmbio de conhecimentos permitiu a ambas as cidades implementar soluções mais inovadoras e a execução de futuras obras de reabilitação urbana como: aumento da diversidade de usos dos espaços públicos, reequilíbrio dos modos de mobilidade, intervenções em plataformas únicas e a melhoria de elementos urbanos. Graças a compreensão das semelhanças e diferenças entre os sistemas de gestão dos dois governos durante todo o processo, o impacto da cooperação a nível local foi de grande alcance.

A ação em conjunto feito pelas cidades também contribui como marco internacional, primeiro como ato em prol do desenvolvimento urbano (ODS de número 11 da ONU) e segundo como feito dentro da Agenda Urbana para a União Europeia (Quesitos Empregos e Habilidades na Economia Local e Mobilidade Urbana) (RELATÓRIO COOPERAÇÃO,2019).

3.3.3 Caso Rosario

A cooperação apresentada a seguir envolve a cidade de Rosário (Argentina) e a de Gênoa (Itália). A cidade italiana é uma das mais importantes da região do norte do país europeu, cidade que se reinventou após o desmantelamento industrial e passou a ser uma grande região turística, tudo graças o alinhamento das políticas públicas e o modelo de governança aplicado pelo governo. Já a cidade argentina, marcada pela sua força no setor comercial, ela visou melhorar a sua imagem como província e servir como modelo de cidade inteligente, por meio da renovação do modelo de governo engajado a uma nova política energética integrada.

A ação em conjunto das duas cidades é então idealizada, o principal objetivo do acordo entre as duas cidades e da ação paradiplomática das mesmas é: Desenvolvimento de Cidades Inteligentes. Esse objetivo é promovido a partir de dois mais específicos: O aumento da capacidade de cada cidade de enfrentar as mudanças climáticas por meio da redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE) e da promoção de novas fontes de energia renovável.

A cooperação só é possível graças ao envolvimento dos governos locais e da ação subnacional paradiplomática, dito isso, cabe abordar algumas partes de ambas as regiões envolvidas no acordo. Por parte da cidade de Gênoa: Município de Gênoa, os prestadores de serviços municipais, Agência regional do meio ambiente e algumas empresas do setor privado. Da parte da cidade de Rosário: Município de Rosário (inclui todas as esferas do governo) e algumas empresas do setor privado.

Algumas atividades tendo em vista o desenvolvimento dessa cooperação entre as cidades são realizadas (destaca-se a força da paradiplomacia nessa formação de atividades em conjunto): A primeira é a visita técnica entre as partes, onde foi identificado a gestão energética como a principal temática para a cooperação. A segunda atividade foi o acordo de cooperar em prol do desenvolvimento da governança local no aspecto que discorre sobre a gestão inteligente de energia da cidade de Rosário. A terceira atividade é a criação e operação de um grupo de trabalho das partes interessadas de energia local e um plano de ação participativo para o clima e ação sustentável em Rosário (RELATÓRIO COOPERAÇÃO,2019).

Graças a todas as atividade entre as cidade citadas acima, um projeto principal foi criado: O Projeto Distrito Energético de Rosário (propõe intervenções em edifícios e espaços públicos do setor para melhorar a eficiência energética, geradas a partir de

fontes renováveis e do desenvolvimento de micro redes). O projeto é proposto em conjunto com ações de governança sobre a temática energética e educação. Tudo feito para alcançar e alavancar o envolvimento da comunidade local (força da sociedade civil na implementação de políticas públicas). Atrelado a criação desse projeto, uma plataforma chamada “Rosario Responde” foi criada, ela tem o intuito de estabelecer um diálogo direto com a população, uma nova forma de comunicação inteligente para saber o feedback dos cidadãos sobre o projeto energético (RELATÓRIO COOPERAÇÃO,2019).

A cooperação entre as cidades, contribui para alguns marcos e objetivos internacionais importantes. O âmbito da ação em conjunto relaciona-se com três Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS): O de número 7 (Energia limpa e acessível), o de número 11 (Desenvolvimento urbano) e o de número 13 (Ação climática). O acordo entre membros subnacionais colaborou também para alguns tópicos da agenda urbana da União Europeia, são eles: Transição Digital e Transição Energética. (RELATÓRIO COOPERAÇÃO,2019).

3.3.4 Caso Rio Grande

O caso de cooperação entre cidades a ser apresentada a seguir envolve a cidade de Rio Grande (Argentina) e a cidade de Albacete (Espanha). A cidade sul-americana está localizada na costa noroeste do país e é reconhecida por ser um forte polo econômico e industrial da região, concentrando industriais tanto nacionais quanto internacionais. Já a cidade europeia é uma cidade e município da comunidade autônoma espanhola de Castilla- La Mancha. O local é o centro econômico dessa região autônoma na Espanha e importante motor do funcionamento desse local.

A cooperação possui alguns objetivos a serem alcançados a partir da criação desse acordo: A criação em Rio Grande de uma incubadora de negócios com modelo de aceleração integrado, a troca de experiências para o apoio a *Startups* de TIC, o desenvolvimento de energias verdes e o desenvolvimento turístico das duas regiões.

Traçado os objetivos a serem alcançados pela cooperação, é criado um plano de ação com plano de atividades e práticas, para que possa assim atingir as determinadas metas. A primeira atividade foi a realização de duas visitas cada uma em uma cidade das envolvidas no acordo. As visitas tiveram a intenção de impulsionar a criação de

novas empresas e fomentar novas linhas de atividade na província argentina e foi acordado a transferência do modelo aplicado no centro de inovações empresarial de Albacete para apoiar o empreendedorismo na cidade de Rio Grande. Ao longo desse processo de intercâmbio do modelo da cidade espanhola, os especialistas da região europeia transferiram os modelos tecnológicos de negócio o qual, permitiu gerar empregos de qualidade na cidade da América do sul. A segunda atividade foi a troca de conhecimentos em relação à nova matriz energética ambientalmente amigável da cidade de Rio Grande, a partir do vasta experiência em energia solar da cidade de Albacete, pensar em novas cooperações entre as duas cidades.

A paradiplomacia envolve a participação de governos e membros subnacionais e no caso dessa cooperação alguns componentes de cada parte foram importantes para a realização dessa ação em conjunto. Da parte de Rio grande: Município de Rio Grande, Câmara Argentina de Software, Instituto de Inovação e Desenvolvimento da Universidade de Tierra del Fuego. Da parte de Albacete: Prefeitura de Albacete, Rede Empresarial Europeia, Espaço de Desenvolvimento Laboral e Tecnológico, Associação de Desenvolvedores de Videogames, Associação de Empresas do Setor TIC de Albacete e o Parque Tecnológico de Albacete.

O impacto local e resultado da cooperação alcançado são positivos, a ação em conjunto concretizou na cidade argentina um novo modelo de Centro de Inovação Empresarial, que não havia, o centro de negócios da cidade até recebeu a certificação da Comissão Europeia para tornar-se membro da Rede Europeia de Centros de Negócios e Inovação (EBN). Além da transferência do modelo BIC de Albacete que pode servir como uma plataforma mais inovadora para as startups da cidade de Rio Grande e assim projetar um novo ambiente para a internacionalização dessas startups.

O caso entre as cidade de Rio Grande e Albacete virou um caso inspirador de cooperação descentralizada por seu sucesso. A cooperação entre as cidades ainda contribui para alguns marcos internacionais como: Os ODS (Objetivos Desenvolvimento Sustentáveis) da ONU no tópico 7 sobre energia limpa e acessível e o tópico 11 sobre desenvolvimento urbano. Além de colaborar com a Agenda Urbana da União Europeia no tópico sobre Transição Energética.

3.3.5 Caso San Justo

O caso da parceira é a ser analisado envolve a cidade de San Justo (Argentina) e a cidade Pavlos Melas (Grécia). O município argentino é uma das cidades localizadas dentro da província de Buenos Aires. O local é reconhecido pela diversidade na área do direto com a presença de diversos tribunais importantes na região. O município grego fica localizado na região de Tessalônica. A região é reconhecida pela qualidade de vida apresentada pela cidade e pelo desenvolvimento local.

A cooperação possui alguns objetivos a serem alcançados: Sensibilização de instituições (civis, municipais, educacionais) sobre a necessidade de um desenvolvimento institucional sustentável, promoção da regeneração urbana e do crescimento inclusivo, a troca de ideias e experiências na gestão de resíduos e a Melhora/Complemento do plano de gestão de resíduos da cidade de San Justo.

A parceria é alcançada e estruturada graças a participação de alguns atores envolvidos de ambas as cidades. Por parte de San Justo: Município de San Justo, Cooperativa Recicladora (EcoRes SJ), Estabelecimentos de Ensino e Instituições sem Fins Lucrativos. Por parte de Pavlos Melas: Município de Pavlos Melas, Ministério do Meio Ambiente, Autoridade Regional, Parceiros, Cidadãos, ONGs e Organizações Comunitárias.

Estabelecido os atores envolvidos de ambas as partes, foi estruturado um plano de ação com as determinadas etapas a serem seguidas para o sucesso da cooperação. Foram estabelecidas duas visitas de estudos entre as duas cidades onde foi identificado o tema da gestão de resíduos e proteção ambiental como principal ramo a ser explorado pela parceria. Após as visitas técnicas foram estabelecidos três planos de ação. O primeiro foi: O plano geral de desenvolvimento urbano com o objetivo de proteger as áreas limítrofes do município com uma abordagem mais sustentável. O segundo plano foi: O plano de viabilidade financeira para gerenciamento de materiais recicláveis com a finalidade de modificar toda a produção de materiais recicláveis. O terceiro plano foi: O plano de Conscientização Pública com o propósito da mudança do comportamento dos cidadãos com a relação à reciclagem.

A cooperação representou um grande avanço para a cidade argentina, a ação em conjunto ajudou San Justo ganhar um investimento emblemático na região, que ajudara

na introdução de um modelo de gestão de resíduos sustentáveis e insinuar a participação dos cidadãos na reciclagem de resíduos.

A parceria entre as cidades ainda cooperou para atingir marcos internacionais importantes como: O tópico 11 dos ODS (Objetivos Desenvolvimento Sustentáveis) da ONU e a relação com a Agenda Urbana da União Europeia no quesito Economia Circular e Soluções Baseadas na Natureza.

CONCLUSÃO

Pode-se compreender a partir da realização da pesquisa e da reflexão proposta, como a paradiplomacia possui espaço para crescimento e incorporação de uma base sólida, contato que haja a liberdade para a mesma realizar as ações necessárias para a seu desenvolvimento local.

Avaliou-se em termos de casos estudados e número levantados que apesar de dentro do cenário de países como Brasil e Argentina. Os dois países ainda carecem de infraestrutura e de organização de um setor de assuntos internacionais forte, falta a maioria dos governos não-centrais interesse e curiosidade sobre como dialogar com o sistema internacional em busca do seu desenvolvimento regional e a partir desse interesse, buscar pessoas qualificadas no mercado e capacitadas a ajudar nessa área.

Mesmo com todas as limitações e variáveis citadas, verificou-se dentro dos casos levantados no texto, que há governos e membros subnacionais com interesse em assuntos internacionais e buscando através de acordos de cooperação atender demandas da sociedade e visando a melhora da sua administração local.

Compreendeu-se ao longo da pesquisa como o papel dessa sociedade civil é fundamental para atrair a atenção das esferas políticas regionais e a partir dessa demanda social é gerado o levantamento sobre novas políticas públicas de melhoria local. Questões como infraestrutura básica (saneamento, criação de parques ecológicos, estações de tratamento, ciclovias e entre outros), foram localizadas como as maiores demandas locais e a partir dessa necessidade, começou a articulação por parte do governo subnacional para sanar essa problemática trazida pela população e movimentar sua paradiplomacia para auxiliar nesse saneamento local.

A paradiplomacia, vem sobre uma crescente de espaço dentro do cenário internacional, principalmente em países em desenvolvimento como Brasil, Rússia e

China. A partir desse cenário, pode-se pensar se no futuro próximo a atuação de novos atores como os membros subnacionais abram espaço para uma nova governança global, ampliando os atores envolvidos e não somente estar preso a figura dos Estados centrais.

REFERÊNCIAS

ALDECOA F. and KEATING M. **Paradiplomacy in Action. The Foreign Relations of Subnational Governments**. v.1. Londres: Frank Cass Publishers, 1999.

ALVAREZ, M. **The Rise of Paradiplomacy in International Relations**. ed: E-International Relations, 2020. p. 1-5.

ALVAREZ, M., LUNA Pont, M. & ODDONE, N. **Paradiplomacia en América Latina: reflexiones teóricas desde cinco perspectivas**. América Latina Global: Estudios regionales sobre paradiplomacia. Buenos Aires: Editorial de la Universidad Nacional. 2019. p. 15-50.

APRIGIO, André. **O Estado Central Brasileiro e a Paradiplomacia de Seus Entes Subnacionais: Uma Abordagem Jurídico-Constitucional**. CÁP. 3. Rio de Janeiro: Gramma, 2016. p.37-58.

AGOSTO, Gabriela. El proceso de descentralización en la república argentina. Si Somos Americanos, **Revista de Estudios Transfronterizos**, Santiago, v.10, n.1, p.81-101, outubro/ago. 2008/09.

BANZATTO, Arthur Pinheiro de Azevedo & PRADO, Henrique Sartori de Almeida. (2014) A paradiplomacia, a cooperação descentralizada e a integração fronteiriça no Mercosul. **Boletim Meridiano** 47, 15 (141), jan./fev.: 18-24.

BEHREND, Jacqueline; BIANCHI, Matías. ESTRUCTURA ECONÓMICA Y POLÍTICA SUBNACIONAL EN ARGENTINA. **Cad. CRH**, Salvador, v. 30, n. 80, p. 217-235, May 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792017000200217&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 05 Apr. 2021. <https://doi.org/10.1590/s0103-49792017000200002>.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988.

CALVENTO, Mariana. Política internacional subnacional y su medición: debates y propuesta para su abordaje en el caso de los municipios de Argentina. **Perf. latinoam.**, México, v. 27, n. 54, 00007, Dec. 2019. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-76532019000200007&lng=en&nrm=iso. Acesso em 05 Apr. 2021. <https://doi.org/10.18504/pl2754-007-2019>.

CASTRO, A. Jorge. OLIVEIRA, G. Márcio. Políticas Públicas e Desenvolvimento. In: MADEIRA, Lígia Mori (Org.). **Avaliação de Políticas Públicas**. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014. p.20-50.

COLACRAI, Miryam; ZUBELZÚ, Graciela. “Las vinculaciones externas y la capacidad de gestión internacional desplegadas por las provincias argentinas en la última década. Uma leitura desde las relaciones internacionales”, in Vigevani, Tullo *et al.*, **A dimensão subnacional e as relações internacionais**. São Paulo: EDUC; Fundação Editora da UNESP; Bauru: EDUSC, pp. 313-344, 2004.

COSTAMAGNA, P. FOGLIA, M. “**Hacia la construcción de una agenda estratégica de internacionalización de los territorios**”. Documento de trabajo. Programa de Competitividad Territorial Región Central de la Provincia de Santa Fe, 2011.

DOWBOR, Ladislau. **O que é poder local?**. 1. ed. São Paulo: Ética Editora, 2016. p. 1-110.

Dirección de Análisis del Gasto Público y Programas Sociales. **Revisión Metodológica**. Clasificadores para el Gasto Público Consolidado. 2011.

DE SOUZA ABREU, G. Efeitos político-jurídicos da não institucionalizada paradiplomacia no Brasil. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, [s. l.], v. 3, p. 66–78, 2013. DOI 10.5102/rbpp. v3i2.1803. Disponível em: <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=poh&AN=101950381&lang=pt-br&site=ehost-live> Acesso em: 9 out. 2020.

DE AZEVEDO BANZATTO, A. P.; DE ALMEIDA PRADO, H. S. A Paradiplomacia, a cooperação descentralizada e a integração fronteiriça no Mercosul. **Meridiano 47 - Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais**, [s. l.], v. 15, n. 141, p. 18–24, 2014. Disponível em: <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=poh&AN=98041401&lang=pt-br&site=ehost-live> Acesso em: 9 set. 2020.

DUCHACEK, Ivo D. **The International Dimension of Subnational Self-Government**. Publius 14, v. 4. 1984. p. 5– 31.

DUCHACEK, Ivo. Perforated sovereignties towards a typology of new actors in international relations. In MICHELMANN, Hans; SOLDATOS, Panayotis. **Federalism and international relations**. The role of subnational units. United Kingdom: Oxford University Press, 1990.

FALLETI, Tulia G. **Decentralization and Subnational Politics in Latin America**. Cambridge: Cambridge University Press. 2010.

FROIO, Liliana Ramalho and MEDEIROS, Marcelo de Almeida. A normatização da atividade paradiplomática: Brasil e Argentina em perspectiva comparada.. In: 3º ENCONTRO NACIONAL ABRI 2011, 3., 2011, São Paulo. **Proceedings online...** Associação Brasileira de Relações Internacionais Instituto de Relações Internacionais - USP, Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000122011000300005&lng=en&nrm=abn . Acesso em: 05 Abr. 2021.

GOVERNO DE SANTA FÉ. **Notícias Província de Santa Fé**. Disponível em: <https://www.santafe.gob.ar/noticias/noticia/270096/> Acesso em: 21 de maio de 2021.

GOVERNO DE MINAS GERAIS. **Paradiplomacia e o Enfrentamento da Covid-19**. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.mg.gov.br/assets/projetos/1084/27b78d3d4bf8b0c3879af01eafa71b57.pdf> Acesso em: 01 de março de 2021.

JUNQUEIRA, Cairo Gabriel Borges. **Entre interesses e identidades, o que querem e o que são? A atuação internacional dos governos subnacionais argentinos e brasileiros no Mercosul (1995-2018)**. Doutorado em Relações Internacionais (Unesp/Unicamp/Puc-Sp). 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/180966> . Acesso em: 05 Abr. 2021.

KEOHANE R., NYE J. **Transnational Relations and World Politics** Cambridge, MA: Harvard University Press, 1973. p.11.

KUZNETSOV, S. Alexander. **Theory and Practice of Paradiplomacy. Subnational Governments in international affairs**. Routledge New Diplomacy Studies. Nova Iorque, 2015.

MELO, Felipe. **Teoria das políticas públicas. Políticas Públicas e direitos fundamentais: Elementos de fundamentação do controle jurisdicional de políticas públicas**. 2 ed. São Paulo:Saraiva,2015. p.33-84.

MAIRA, L. **La Política Internacional Subnacional en América Latina**. Buenos Aires, Libros del Zorzal,2010.

MIKLOS, Manoela Salem. Diplomacia federativa: o Estado brasileiro e a atuação internacional de suas unidades constituintes. **Carta Internacional**, v. 06, n. 01, jan-jun 2011, p. 83-100.

ODDONE, Nahuel. Pactos territoriales en la construcción de regiones transfronterizas: por una ma-yor integración a múltiples niveles. **CEPAL – Serie Desarrollo Territorial**, n. 20, Santiago, set. 2016.

ODDONE, N., RAMOS, J. M. **Integración y paradiplomacia transfronteriza: experiencias comparadas del Río Bravo hasta la Patagonia**. Cidade do México: Colégio da Fronteira do Norte. 2018.

ORTIZ de ROZAS, Victoria. Los estudios sobre política subnacional en argentina: un recorrido por diferentes disciplinas y perspectivas. sobre los aportes de una escala de análisis y su afinidad con un enfoque centrado en los actores políticos y sus prácticas. **Cuadernos de la Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales - Universidad Nacional de Jujuy**, vol.1, no. 50, 2016, pp.57-80. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=18552439014> Acesso em: 5 de abr. de 2021.

RAPOSO, Ronaldo. A atuação do governo maranhense frente às restrições ao comércio internacional de equipamentos médicos. **Revista de Relações Exteriores**. 2021. Disponível em:

<https://relacoesexteriores.com.br/atuacao-governo-maranhense-restricoes-comercio-internacional/> Acesso em: 18 de maio de 2021.

Relatório da Cooperação: Buenos Aires e Madri. **Programa Internacional de Cooperação Urbana.** Disponível em: https://iucla.eu/wp-content/uploads/2020/10/ImpactSurveyResults_5_BuenosAiresMadrid-1.pdf Acesso em: 27 de Maio de 2021.

Relatório da Cooperação: Rosario e Genoa. **Programa Internacional de Cooperação Urbana.** Disponível em: https://iuc-la.eu/wp-content/uploads/2020/10/ImpactSurveyResults_9_Rosario_Genoa-2.pdf Acesso em: 04 de Junho de 2021.

Relatório da Cooperação: Rio Grande e Albacete. Programa Internacional de Cooperação Urbana. **Programa Internacional de Cooperação Urbana.** Disponível em: https://iuc-la.eu/wp-content/uploads/2020/10/ImpactSurveyResults_8_RioGrandeAlbacete-3.pdf Acesso em: 05 de Junho de 2021.

Relatório da Cooperação: San Justo e Pavlos Melas. **Programa Internacional de Cooperação Urbana.** Disponível em: https://iuc-la.eu/wp-content/uploads/2020/10/ImpactSurveyResults_15_SanJusto-PavlosMelas-2.pdf Acesso em: 15 de Junho de 2021.

Relatório da Cooperação: São Leopoldo e Viana. **Programa Internacional de Cooperação Urbana.** Disponível em: https://iucla.eu/wp-content/uploads/2020/10/ImpactSurveyResults_3_SaoLeopoldoViana-1.pdf Acesso em: 11 de maio de 2021.

COOPERAÇÃO BH- CHINA (COLOCAR REFERÊNCIA)

Relatório da Cooperação: Vitória-Sevilla. **Programa Internacional de Cooperação Urbana.** Disponível em: http://iuc-la.eu/wp-content/uploads/2020/10/ImpactSurveyResults_16_Vito%CC%81ria-Seville.pdf. Acesso em: 10 de maio de 2021.

Relatório da Cooperação: Benedito Novo e Alba Iulia. **Programa Internacional de Cooperação Urbana.** Disponível em: https://iuc-la.eu/wp-content/uploads/2020/10/ImpactSurveyResults_10_BeneditoNovo-AlbaIulia-2.pdf Acesso em: 17 de maio de 2021.

REIS, Hercules. **A emergência da Paradiplomacia na contemporaneidade.** 13 de abr. de 2021. Disponível em: <https://relacoesinternacionais.com.br/emergencia-da-paradiplomacia/> Acesso em: 17 de maio de 2021.

RODRIGUES DOS SANTOS, M. A evolução da institucionalização do fenômeno da paradiplomacia no Brasil (1995-2010). **Fronteira: Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais**, [s. l.], v. 18, n. 36, p. 212-232, 2019. Disponível em: <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=poh&AN=139235624&lang=pt-br&site=ehost-live> Acesso em: 7 set. 2020.

RODRIGUES.M.A. Gilberto. Será a hora e a vez da paradiplomacia para estados e municípios? **CARTA CAPITAL**. Brasil, 17 de ago. de 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/observamundo/sera-a-hora-e-a-vez-da-paradiplomacia-para-estados-e-municipios/> Acesso em: 26 maio de 2021.

SANTANA, João L. **O papel da paradiplomacia nas Relações Internacionais: a ascensão das unidades subnacionais num contexto mundial globalizado**. Dissertação. Programa de Graduação em Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais. Bahia, Universidade Estadual de Santa Cruz, 2009. Disponível em: http://www.uesc.br/cursos/graduacao/bacharelado/lea/papel_paradiplomacia.pdf Acesso em: 17 de maio de 2021.

TAVARES, Rodrigo. **Paradiplomacy: Cities and States as Global Players**. Londres: Oxford University Press, 2016. CÁP.2. p.62 – 115.

TEIXEIRA.M. Felipe. A paradiplomacia e o federalismo na constituição brasileira: Uma análise de possibilidades e limites para a atuação internacional de estados e municípios. **REVISTA RELAÇÕES EXTERIORES**. Brasil, 13 de ago. de 2020. Disponível em: <https://relacoesexteriores.com.br/a-paradiplomacia-e-federalismo-na-constituicao-brasil-eira/> Acesso em: 22 out. de 2020.

VIA, Alberto Ricardo Dalla. “El marco jurídico e institucional para la gestión internacional de los actores subnacionales gubernamentales en Argentina”, *Integración & Comercio*, n. 21, pp. 11-26, 2004.

SNYDER, R. **Politics after Neoliberalism: Reregulation in Mexico**. Nueva York: Cambridge University Press, 2001.

WASBIACH, L. T. 1 Vídeo. **Cooperação e Organizações Internacionais no combate à COVID-19 no Brasil** [Webinar]. Publicado pelo Canal Fundação Getúlio Vargas, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yjFafMaKAww> Acesso em: 18 de maio de 2021.

WOLFF, Stefan. **Paradiplomacy: Scope, Opportunities and Challenges**. Itália: *The Bologna Center Journal of International Affairs*, 2007. p.141–150.